



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



GLÁUCIA CRISTINA FERREIRA

**MULHERES INDÍGENAS NOS BLOGS:
discursos e identidades**

**TRÊS LAGOAS – MS
2015**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



GLÁUCIA CRISTINA FERREIRA

MULHERES INDÍGENAS NOS BLOGS: discursos e identidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Letras

Área de concentração: Estudos Linguísticos

Orientadora: Prof^a Dr^a Vânia Maria Lescano Guerra

**TRÊS LAGOAS – MS
2015**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



GLÁUCIA CRISTINA FERREIRA

MULHERES INDÍGENAS NOS BLOGS: discursos e identidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.
Área de concentração: Estudos Linguísticos

Orientadora: Prof^a Dr^a Vânia Maria Lescano Guerra.

**TRÊS LAGOAS – MS
2015**

GLÁUCIA CRISTINA FERREIRA

**MULHERES INDÍGENAS NOS BLOGS:
discursos e identidades**

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientadora: Prof^a Dr^a Vânia Maria Lescano Guerra
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL)

Prof^a Dr^a Claudete Cameschi de Souza
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPTL)

Prof Dr Geraldo Vicente Martins
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CCHS)

Suplente: Prof Dr Wagner Corsino Enedino
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPTL)

TRÊS LAGOAS – MS
2015

Aos meus pais, familiares e amigos, que estiveram nesta batalha ao meu lado, e acreditaram na realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Mestrado, em Estudos Linguísticos da UFMS/CPTL, pela oportunidade que me foi concedida de poder pesquisar e trazer à baila a voz daqueles que por muito tempo permaneceram silenciados ou ecoados pela voz do outro.

Em especial, à querida professora Vânia Maria Lescano Guerra, pelo compartilhar do seu conhecimento, pelas correções e orientações oportunas que possibilitaram crescimento tanto profissional, quanto pessoal. Pela compreensão, quando nem mesmo eu me compreendia.

Aos professores Celina Nascimento, Claudete Cameschi de Souza, Wagner Corsino Enedino e Edson Rosa, que muito contribuíram para a efetivação desta dissertação.

Ao professor Geraldo Vicente Martins, pelo olhar atento na avaliação deste trabalho, por ocasião da defesa pública.

Aos colegas Claudionor e a Camila, que estiveram a postos nos momentos das nossas dificuldades de entendimento de algum(ns) procedimento(s).

Aos meus pais e todos os meus familiares, que souberam respeitar a minha ausência, o meu silêncio e até minhas irritações. Que estiveram ao meu lado, apoiando-me e encorajando-me, nos momentos mais difusos e confusos.

Aos meus amigos-irmãos Willian Diego e Thiago Silva, que se posicionavam atentamente sempre quando eu achava, em meu devaneio, que a situação estava sobre controle.

A Deus, misericordioso, que me concedeu a possibilidade de concretizar este trabalho, mesmo diante de adversidades e turbulências.

Aos colegas de sala, pelos momentos preciosos que vivemos juntos. As risadas, os desesperos, os choros, as confissões... Tudo valeu muito a pena!

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos!

O que somos e o que vemos está carregado, portanto, do que ficou silenciosamente abafado na memória discursiva, como um saber anônimo, esquecido.

CORACINI, Maria. J. **A celebração do outro:** arquivo, memória e identidade: línguas (maternas e estrangeira), pluralismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 59.

RESUMO

FERREIRA, Gláucia Cristina. *Mulheres indígenas nos blogs: discursos e identidades*. Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014. 96f (Dissertação de Mestrado)

Este estudo teve por objetivo investigar e problematizar as representações identitárias da mulher indígena por meio do discurso produzido em ambientes digitais, especificamente em blogs, por meio dos quais insurgem as marcas linguísticas sobre a constituição do sujeito indígena, mobilizadas nos excertos selecionados para análise. Diante disso, esta pesquisa resulta da necessidade de estudar a (re)construção identitária indígena a fim de analisar a definição de um eu representativo para si e para o outro. Por meio da ilusão de que os dizeres que perpassam o ciberespaço são livres de ideologias, supomos que a representação da identidade da mulher indígena ainda se encontra enraizada numa visão estereotipada e superficial ancoradas por rotulagens historicamente articulada pela visão do outro. Nessa perspectiva, articulamos as seguintes questões norteadoras: de que lugar falam as mulheres indígenas no ciberespaço? Até que ponto o que é escrito no ciberespaço apresenta-se como confissões de si? Como o espaço midiático pode interferir na produção da identidade indígena? O procedimento metodológico, pelo qual lançamos mão, foi realizado por meio da análise do recorte de dez excertos retirados de quatro *blogs*: “Índio Educa”, “Rádio Brasil Indígena”, “Eu sou pelas mulheres indígenas” e “Rede Grumin de mulheres indígenas”. Trata-se de uma pesquisa que se insere na perspectiva metodológica discursiva com base nos fundamentos da Análise do Discurso de linha francesa, com as contribuições de Pêcheux (1988, 1990); Foucault (2004, 2008, 2009) articulando sobre a escrita de si, discurso e formação discursiva, e Jaqueline Authier-Révuz (1998) favorecendo as discussões sobre a heterogeneidade discursiva. No que tange às reflexões sobre cultura, transdisciplinaridade, à identidade pós-moderna, à figura da mulher na história, às questões indígenas, de gênero, *blogs* e ciberespaço, recorremos, respectivamente, a Bhabha(1998), Bauman (2005), Hall (2005), Lipovetsky (2000), Beauvoir (1970), Guerra (2010, 2012), Limberti (2009, 2012), Martino (2014), Sibilia (2008), Ricuero (2003, 2009), Lévy (1996, 1999), dentre outros. Este trabalho foi organizado em três capítulos: no primeiro - (Entre)tecendo fios teóricos - apresentamos as constituições teóricas que conduziram e subsidiaram as análises dos efeitos de sentido produzidos durante o processo discursivo; no segundo – Mapeando dimensões históricas e representativas – discorremos sobre o momento histórico-social sobre a figura feminina, assim como os pontos teóricos sobre os *blogs* e o ciberespaço. E no último capítulo – Análise discursiva sobre as formas do dizer de si no ciberespaço: em cena a mulher indígena – apresentamos as análises dos recortes enunciativos subdivididos em dois eixos: A construção do eu: análise sobre a(s) identidade(s) da mulher indígena e Mulher indígena brasileira: sentidos cristalizados desestabilizados. Os resultados obtidos demonstram que as identidades produzidas pelas mulheres indígenas pautam-se por meio de discursos plurais alicerçados por situações sociais que torna a identidade uma “celebração móvel” (HALL, 2006) inscritas por acontecimentos que propiciam novos sentidos e contornos cambiantes identidade indígena, a qual está em constante diálogo com a memória coletiva.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Mulheres Indígenas; Identidade; Ciberespaço.

ABSTRACT

FERREIRA, Gláucia Cristina. *Indigenous women in social networks: discourses and identities*. Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014. 96f. (Master Dissertation)

This study aims at investigating and questioning about identity representations of indigenous women through the discourse produced in digital environments, specifically on blogs, through which linguistic marks getting annoyed about the Constitution of the subject, mobilized in excerpts selected for analysis. Given this, this research is the result of the need to study the (re) construction of indigenous identity in order to analyze the definition of one representative for each other and for each other. Through the illusion that the words that permeate cyberspace are free of ideology, we assume that the representation of the identity of the indigenous woman is still rooted in a stereotyped and superficial vision anchored by historically articulated vision of the labels another. In this perspective, anchored the following guiding questions: what place speak the indigenous women in cyberspace? To what extent what is written in cyberspace is confessions from you? As the media space can interfere in the production of indigenous identity. The methodological procedure, by which we launched hand, was accomplished through clipping analysis of ten excerpts taken from four blogs: "Indian Schools", "Indian Brazil" Radio, "I'm for indigenous women" and "indigenous women" Grumin Network. This is a survey in methodological perspective based on foundations of discursive discourse analysis of French line, with the contribution of Pêcheux (1988, 1990); Foucault (2004, 2008, 2009) articulating about writing itself, speech and discursive formation and Jaqueline Authier-Revuz (1998) facilitating discussions on the discursive heterogeneity. Regarding the reflections on culture, transdisciplinary, to the postmodern identity, the figure of the woman in history, indigenous, gender issues, blogs and cyberspace, we use, respectively, the Bhabha (1998), Bauman (2005), Hall (2005), Lipovetsky (2000), Beauvoir (1970), Guerra (2010, 2012), Limberti (2009, 2012), Martino (2014), Sibilía (2008), Ricuero (2003, 2009), Lévy (1996, 1999), among others. This work has been organized in three chapters: the first (Between) weaving yarn-we present the theoretical constitutions theorists that led and subsidized the analyses of the effects of sense produced during the discursive process; in the second – Mapping historical and representative dimension – we speak about the social-historical moment on the female figure, as well as the theoretical points on the blogs and the cyberspace. And in the last chapter – discursive Analysis on ways of telling you in cyberspace: playing Indian woman – we present the analysis of newspaper clippings enunciatives divided on two axes: The construction of the I: analysis on the identity of the indigenous woman and Brazilian indigenous woman: between identity(ies) and otherness. The results obtained show that the identities produced by indigenous women are by means of plural discourses grounded by social situations that makes the identity a "mobile celebration" (HALL, 2006) entered by events that provide new directions and changing shape of indigenous identity which is in constant dialogue with the collective memory.

Keywords: Discourse Analysis; Indigenous women; Identity; Cyberspace.

SUMÁRIO

INICIAR POSTAGENS.....	12
CAPÍTULO 1 – (ENTRE)TECENDO FIOS TEÓRICOS.....	17
1.1 Análise do discurso como ponto de referência.....	18
1.1.1 O sujeito sobre o viés da Análise do discurso.....	23
1.1.2 Ideologia e Formação Ideológica.....	25
1.1.3 Discurso, Condições de Produção e Interdiscurso.....	27
1.1.4 Heterogeneidade discursiva: a construção do outro sobre o que se diz.....	29
1.2 Michel Foucault: para “desestabilizar” o discurso.....	31
1.2.1 A escrita de si e a exposição do eu na virtualidade.....	35
1.2.2 Do Panóptico ao Sinótipo: jogos de controle e visibilidade.....	39
CAPÍTULO 2 – MAPEANDO DIMENSÕES HISTÓRICAS E REPRESENTATIVAS.....	44
2.1 Pós-modernidade: o que nos faz sujeitos pós-modernos?.....	45
2.2 Masculino X Feminino: apenas uma questão de gênero?.....	48
2.3 A constituição social do sujeito feminino: o forte sexo frágil.....	51
2.4 Figura indígena: imagens e representações.....	55
2.5 Mundo virtual conectado: a arquitetura das redes na constituição dos cibersujeitos....	59
2.6 Da invisibilidade social à visibilidade digital: o território virtual indígena.....	62
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE AS FORMAS DO DIZER DE SI NO CIBERESPAÇO: em cena a mulher indígena.....	67
3.1 A construção do eu: análise sobre a(s) identidade(s) da mulher indígena no ciberespaço.....	67
3.2 Mulher indígena brasileira: sentidos cristalizados desestabilizados.....	76
POSTING COMMENTS – Inserindo comentários.....	81
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXO A - MEMORIAL DESCRITIVO.....	89
ANEXO B – PÁGINAS DOS BLOGS.....	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorias de pesquisa.....	62
Figura 2 – Categorias de pesquisa.....	63
Figura 3 – Categoria de pesquisa.....	63
Figura 4 – Imagem representativa do <i>blog</i> Rádio Brasil Indígena.....	64

INICIAR POSTAGENS...

A evolução das mídias sociais ganha um significativo avanço a partir da década de 90, tendo como alicerce a interação de pessoas que compartilham opiniões, ideologias, interesses e pensamentos, constituindo uma expressiva organização comunicacional, assim como o estreitamento dos espaços geográficos, por meio de um processo de “desterritorialização” (LÉVY, 1996).

O ciberespaço, assim denominado por transportar dados de um sistema para outro, desloca o sentido de lugar e tempo, pois os cibersujeitos tornam-se onipresentes na cultura digital, desatrelados do aqui-agora. Sobre isso, Lévy (1996, p. 23) considera que a virtualização, ao multiplicar os espaços, “faz de nós nômades de um novo estilo: em vez de seguirmos linhas de errância e de migração dentro de uma extensão dada, saltamos de uma rede a outra (...)”.

Nesse território de virtualização, os indivíduos constroem imagens de si e do outro alinhavadas nas exigências da pós-modernidade, possibilitando-lhes uma variedade de situações as quais permitem a (re)criação do seu próprio espaço social. Compartilhamos das afirmações de Galli (2008, p. 48) no que se refere à propagação do espaço virtual; segundo a autora, ele “proporciona relações virtuais que se configuram como práticas (re)instituídas no cotidiano. Com o virtual, o sujeito também virtualiza seus hábitos”.

Nas comunidades virtuais encontradas no ciberespaço, é comum que a construção da imagem/identidade se estabeleça a partir das representações e (re)construção de si mesmo em consonância com a produção, cambiante, das subjetividades que nele transitam. Nessa perspectiva,

a identidade toma-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. A identidade plenamente unificada, segura e coerente é uma fantasia (HALL, 2006, p. 13).

A notoriedade proporcionada pelas mídias sociais faz com que as pessoas queiram estar sempre em evidência, cumprindo o protocolo vital da exposição do eu na virtualidade: mostrar-se aos olhos alheios metamorfoseando-se a cada publicação ou atualização, uma vez que os relatos de si constituem-se por meio de “fragmentos de conteúdos adicionados a todo momento” (SIBILIA, 2008, p. 116). Nesse sentido, os usuários dos *blogs* encontram nesse espaço, modos de interatividade que propiciam ao escritor-personagem dialogar com o seu

observador, o qual também tem a função de interferir sobre aquilo que lê favorecendo, dentre outras coisas, a proximidade entre os dois pólos: o observado e o observador.

No ciberespaço, as relações de harmonia proporcionadas por essa sociabilidade contemporânea provocam a ilusão de livre expressão dos discursos colocados em circulação, a qual é refutada por Foucault ao afirmar que “em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída” (1995, p. 08) dispersando a neutralidade dos discursos. Ao encontro dessa ótica foucaultiana, Ruiz (2011, p. 107) acrescenta que “enquanto sujeitos de linguagem, não temos controle sobre o que dizemos, uma vez que o processo enunciativo se dá entre dois ou mais sujeitos cindidos pelo inconsciente”.

Desse modo, ao adentrar no espaço virtual, os cibersujeitos acabam construindo os seus discursos levando em consideração os interesses que os unem, por isso, as escolhas do que e como dizer fundamentam as interlocuções estabelecidas entre eles, considerando que tais “escolhas” são direcionadas por ordens discursivas, as quais traduzem o processo de identificação do(s) sujeito(s) enunciator(es), isto é, “o sujeito busca apresentar discursos que acabem por produzir sentidos para sujeitos postos em posições e processos sócio-históricos que se identifiquem com os seus, e que produzam uma verdade naqueles sentidos ditos” (BASTOS, GALLI; ROMÃO, 2013, p. 96).

Sendo o discurso do sujeito moldado por meio de outros, os interdiscursos, vê-se que a partir dele configura-se o lugar de observação da relação existente entre língua e ideologia, na qual a memória discursiva instaura todos os sentidos já produzidos socialmente. Desse modo, analisar o discurso esteia-se pela desconstrução dos dizeres cristalizados e sustentados pelo senso comum desestabilizando, por meio da problematização, os sentidos que o enunciado pode assumir. De acordo com Mascia (2002, p. 44), “a desconstrução (...) constitui-se uma manobra no sentido de revelar o jogo de diferenças, o que implica dizer que nenhum elemento pode funcionar como um signo sem se referir a um outro elemento que, em si próprio, é também um signo”.

Esse cenário, brevemente aqui apresentado, compõe o quadro investigativo da nossa pesquisa, a qual surge da necessidade de estudar a (re)construção identitária da mulher indígena, no contexto virtual, a fim de analisar a definição de um eu representativo para si e para o outro. No intuito de nortear e sustentar o nosso trabalho, formulamos três perguntas de pesquisa: 1) de que lugar falam as mulheres indígenas no espaço cibernético? 2) Até que ponto o que é escrito no ciberespaço apresenta-se como uma confissão de si? 3) Como o espaço midiático pode interferir na produção da identidade indígena? Essas questões nos

apoiaram no processo analítico no intuito de destacar as condições de produção e os interdiscursos que influenciam a forma como o sujeito indígena determina e organiza a sua situação discursiva.

Articuladas ao viés da Análise do Discurso de Linha Francesa, doravante AD, as questões sobre a construção da identidade da mulher indígena em redes sociais são suscitadas levando-se em consideração as representações sociais sobre as quais elas recaem. Diante disso, partimos da hipótese de que a representação da identidade da mulher indígena encontra-se enraizada numa visão estereotipada e ainda fixa à imagem do indígena do descobrimento.

Nesse sentido, o objetivo sobre o qual se ancora a nossa pesquisa consiste em investigar e problematizar a construção da identidade da figura da mulher indígena e a sua condição feminina, por meio das marcas linguísticas das postagens realizadas em *blogs*, ou seja, nas práticas discursivas desses sujeitos, por meio das quais insurgem os discursos de representação de/sobre si. Articulados ao objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: 1) estudar o discurso de mulheres indígenas a partir das categorias de formação discursiva e interdiscurso que perpassam a memória discursiva dessas mulheres, 2) discutir sobre as formações discursivas que alicerçam os discursos analisados, 3) analisar as práticas identitárias da mulher indígena por meio da relação de alteridade.

Para atingir esses objetivos, realizamos pesquisas em diversos *blogs* e optamos por investigar as postagens de quatro *blogs*: “Índio Educa”, “Rádio Brasil Indígena”, “Eu sou pelas mulheres indígenas” e “Rede Grumin de mulheres indígenas”. Foram recolhidos dez recortes, os quais vinham ao encontro do que nos propostos estudar, e de acordo com as regularidades linguísticas observadas, organizamos- os em dois eixos de análise: a construção do eu: análise sobre a(s) identidade(s) da mulher indígena e Mulher indígena brasileira: entre identidades e alteridade. Naquele, procuramos identificar de que maneira as indígenas se representam por meio da escrita de si e, neste, como a visão do outro (não) pode influenciar na (re)construção identitárias dessas mulheres.

Vale ressaltar, neste momento, que esta pesquisa insere-se na perspectiva metodológica discursiva com base nos fundamentos da Análise do Discurso de linha francesa, com as contribuições de Pêcheux (1988, 1990); Foucault (2004, 2008, 2009) articulando sobre a escrita de si, discurso e formação discursiva, e Jaqueline Authier-Revuz (1998), favorecendo as discussões sobre a heterogeneidade discursiva. No que tange às reflexões sobre cultura, transdisciplinaridade, à identidade pós-moderna, à figura da mulher na história, às questões indígenas, de gênero, *blogs* e ciberespaço, recorreremos, respectivamente, a Bhabha(1998), Bauman (2005), Hall (2005), Lipovetsky (2000), Beauvoir (1970), Guerra

(2010, 2012), Limberti (2009, 2012), Martino (2014), Sibilia (2008), Ricuero (2003, 2009) e Lévy (1996, 1999), dentre outros.

Identificamos, após um levantamento bibliográfico, outros trabalhos que também abordam questões identitárias no tocante à figura indígena. Dentre eles, destacamos o estudo realizado por Raimundo de Araujo Tocantins, “Mulheres indígenas no facebook: corpos, intericonicidade e identidades” – dissertação de mestrado apresentada à Universidade da Amazônia – UNAMA – em 2013, cujo objetivo foi o de mostrar como o funcionamento desse site de relacionamento contribui para a contratação de identidades e como seus usuários, que são sujeitos históricos, colocam em circulação diferentes discursos sobre o que é ser mulher e o que é ser indígena na *web*. A metodologia utilizada recorreu à semiologia dos detalhes, referente ao paradigma indiciário de Ginzburg (1989), à semiologia histórica e à definição de intericonicidade proposta por Courtine (2005 e 2011).

O estudo realizado por Lucimar Luisa Ferreira – “Vozes indígenas na rede digital: discurso e autoria em *blogs*” – tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, em 2013, abordou o tema da autoria na rede a partir da escrita indígena produzida no espaço eletrônico dos *blogs* pessoais. O objetivo da pesquisa foi compreender a constituição do sujeito indígena na rede digital e a emergência de uma posição autoral de resistência nas circunstâncias determinadas de um *blog* pessoal, sabendo que a prática da escrita de textos no computador transforma efetivamente a relação do autor com sua escrita. Tendo como dispositivo teórico e metodológico a Análise de Discurso, essa autora conclui que, por mais que seja negado aos índios o acesso às novas tecnologias, e o discurso dominante seja marcado pelo silenciamento e pelos estereótipos, no *blog*, o sujeito toma posição nos gestos de interpretação que produz em posição de autoria, promovendo deslocamentos de sentidos na rede mundial de computadores.

Xenya de Aguiar Bucchioni, na sua dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Bauru em 2010, intitulada “Blog diário: reflexões sobre a identidade indígena na virtualidade”, teve como objetivo entender o *blog* para além de sua caracterização enquanto ferramenta de comunicação, mas em sua capacidade de propiciar formas de sociabilidade. Valeu-se de autores como Mayans e Planells (2002), Máximo (2007), Cardoso de Oliveira (1998), dentre outros, que utilizaram o método da etnografia virtual para atingir o objetivo proposto. O texto concluiu que é no contexto de tal dinâmica que os índios se constroem no ciberespaço, criando um espaço para afirmação e reelaboração de suas identidades a partir de um processo que concilia tradição e modernidade e implica a construção de um contexto de sociabilidade.

A pesquisa realizada por Alessandra Dias Carvalho, na dissertação intitulada “A (des)construção identitária de indígenas sul-mato-grossenses no contexto *Facebook*” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2014, objetivou problematizar a constituição identitária de indígenas a partir da interpretação da escrita em postagens realizadas naquela rede social, ancorando-se nas teorias da análise do discurso de linha francesa e na arqueogenealogia foucaultiana. Essa pesquisa apontou que o indígena sul-mato-grossense representado no *Facebook* é perpassado pela cultura e pela voz do outro (o branco), constituído em meio à tentativa de marcar o seu espaço social.

Ressaltamos que, embora haja outros trabalhos que abordem a questão identitária do indígena no espaço virtual, os vieses analíticos propostos em cada um deles favorecem caminhos distintos de interpretação, ampliando e possibilitando que outras pesquisas sejam desenvolvidas e contribuindo para que aqueles que, ainda estão na invisibilidade, tornem-se visíveis aos olhos da sociedade hegemônica.

Diante da contextualização dessas pesquisas, cabe-nos deslindar sobre a organização do nosso estudo, o qual está dividido em três capítulos assim distribuídos: no primeiro, apresentamos as constituições teóricas que conduzem e subsidiam o processo analítico dos efeitos de sentidos produzidos durante o processo discursivo; no segundo, discorreremos sobre as condições de produção que constituem o momento histórico social da figura feminina, assim como os aspectos teóricos sobre os *blogs* e o ciberespaço; e no último, apresentamos os gestos de interpretação por meio da problematização das análises dos recortes enunciativos, os quais estão subdivididos nos dois eixos de estudos mencionados anteriormente.

Passemos agora para o desenvolvimento do primeiro capítulo.

CAPÍTULO I

(ENTRE)TECENDO FIOS TEÓRICOS

O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos ao mesmo tempo. (GREGOLIN, 1995, p.13)

O surgimento de uma nova ordem social e econômica, acentuada no período pós-guerra, alicerçou o aparecimento da pós-modernidade, acarretando a constituição do capitalismo multinacional ancorado pela inovação tecnológica, a qual trouxe modificações não apenas para a área da informação, mas acabou influenciando também no modo como os indivíduos procuravam, e ainda procuram, se identificar dentro dessa sociedade híbrida e variável, característica da pós-modernidade.

O homem pós-moderno é analisado e percebido por Hall (2006, p. 13) como sendo um sujeito que “assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente”.

A construção desse estágio identitário, cuja principal característica é a heterogeneidade (ORLANDI, 1999), aboliu velhos paradigmas deslocando as estruturas sociais e desestabilizando a ordem estável de uma identidade local tradicionalista, na qual a completude e unificação identitária consistem em mera fantasia.

Diante desse cenário, a “aldeia global”¹ se instaurou abrindo fronteiras culturais, as quais se alargaram favorecendo o ir e vir, as trocas, as instabilidades, bem como a fluidez e a complexificação do mundo e, consequentemente, do indivíduo, não havendo mais espaço para o ser uno, mesmo que nosso imaginário faça-nos perceber o contrário, somos seres instáveis, em constante movimentação e constituídos pela interferência de múltiplas vozes que simultaneamente dialogam entre si.

As consequências desse efeito globalizador são destacadas por Hall (2006), nos seguintes aspectos: a desintegração das identidades nacionais, o reforço à resistência das

¹O conceito de aldeia global foi desenvolvido por Marshall McLuhan, na década de 60, no intuito de explicitar os feitos produzidos pela comunicação de massa na sociedade moderna, isto é, de que forma os meios de comunicação interferem no modo como podemos perceber a realidade circundante. Assim, para McLuhan (1969, p. 77), por meio da aldeia global, “nós mesmos nos vemos traduzidos mais e mais em termos de informação, rumo à extensão tecnológica das consciências”.

identidades nacionais e locais contra a globalização e o surgimento das identidades híbridas; situações essas que favorecem o descentramento do sujeito.

Nesse contexto instaurado pela pós-modernidade na qual o constitui-se como sujeito clivado, cindido e atravessado pelo (in)consciente, investigamos a construção identitária da mulher indígena produzida no ciberespaço, a fim de analisar um eu representativo para si mesmo e para o outro², tendo como instrumental teórico, para a realização das análises aqui empreendidas, os principais conceitos da AD de linha francesa articulados a uma visão transdisciplinar.

O escopo teórico da AD favorece a problematização do discurso da mulher indígena em redes sociais transpondo aspectos meramente textuais, atentando-se às relações que subjazem as dimensões sociais, históricas, políticas e ideológicas que atravessam a produção discursiva. Por meio da visão transdisciplinar, fios de outros campos teóricos são tecidos para se implementar as contribuições referentes à visão de mídias, gênero, discurso e identidades, constituindo, assim, um exercício de deslocamento na produção de sentidos emanados do *corpus* ora recortado, das evidências cristalizadas sustentadas pelo senso comum, desestabilizando e problematizando os sentidos que o enunciado pode assumir a partir do imbricamento entre o histórico, o social e o linguístico.

Portanto, neste capítulo, discutiremos as principais noções teórico-metodológicas que nortearam as análises dos recortes do *corpus* analisados, refutando ou não a hipótese inicialmente levantada.

1.1 Análise do Discurso como ponto de referência

Pensar a língua na sua dinamicidade e complexidade constitui o ponto crucial mobilizado pela AD na confluência da noção de discurso, língua, sujeito, história e ideologia, operando um novo recorte teórico por meio da resignificação desses aspectos, desnaturalizando e penetrando na rede discursiva no intuito de rastrear possíveis efeitos de sentido.

A AD de origem francesa³ surgiu no final da década de sessenta e início da de setenta com a publicação da obra Pechetiana *Análise Automática do Discurso* (ADD) (1969),

² Esse outro representa, simbolicamente, o branco por meio das representações que fazem sobre o indígena, as quais atravessam e constituem a subjetividade e que se imbricam na produção discursiva do sujeito indígena.

³ Período de intensas agitações políticas, sociais e culturais as quais influenciaram os estudos dos diversos campos do saber, especificamente a linguagem, ao se pensar em análise do discurso. De acordo com Brandão

rompendo com a visão estrutural da linguagem ancorada na dicotomia língua/fala e articulando a questão discursiva por meio do caráter histórico e ideológico pelos quais os processos discursivos são constituídos. A emergência de uma conjuntura teórica a qual pensasse a questão discursiva por meio da articulação atravessada pelas inscrições subjetivas, sociais e históricas rompia com a limitação de um estudo especificamente linguístico, mas que ia “além do contexto imediato da situação de comunicação” (BRANDÃO, 2004, p. 21).

Constituída por três fases, cada uma delas caracterizando-se por mudanças significativas, a AD situa suas considerações na relação entre o Materialismo Histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso. Na primeira fase (1969), conhecida como AD1 – Método da Maquinaria Discursiva, Pêcheux estabelece como objeto de análise textos políticos os quais eram pensados e considerados por meio de um sistema fechado e homogêneo, excluindo-se a interferência da exterioridade na produção discursiva.

Na perspectiva da maquinaria discursiva, as condições de produção (doravante CP), as quais transitam na ação discursiva, constituem-se de forma estável e uniforme o que permite, além de uma maior estabilidade dos processos discursivos, caracterizarem os sujeitos como produtores do seu dizer, diante disso, a AD1 identifica-se por ser um

procedimento por etapas, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados e trabalhando num espaço em que as “maquinarias” discursivas constituem unidades justapostas. (PÊCHEUX, 1990, p. 313)

Para a AD, a relação da linguagem com a exterioridade constitui as práticas discursivas do dizer do sujeito, as quais são atravessadas pelo interdiscurso e pela formação discursiva (doravante FD), noções que desestabilizam e deslocam as questões postas pela ideia da maquinaria discursiva, inaugurando a segunda fase, AD2 (1975), caracterizada como a “época das tentativas”, distanciando-se da concepção do sujeito puro e removendo a concepção de discursos fixos, mas construídos por elementos exteriores e transversos.

A noção de FD, proposta por Pêcheux (1988), consiste em considerar as questões ideológicas e de lutas de classe ancoradas por meio de representações que traduzem as posições que um indivíduo ocupa na sociedade a qual pertence, aspectos fundamentais para a produção de sentidos do discurso. Assim,

(2004, p. 20) “a Análise do Discurso francesa procurou entender esse momento político, analisando os discursos que foram então produzidos”.

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1988, p. 160)

Vale pontuar que o termo FD também foi empregado por Foucault (2008)⁴, porém por outro viés, desarticulado das questões de luta de classes e ideologias empreendidas pela visão marxista, mas considerando e discorrendo sobre as relações de saber-poder considerando que o conjunto de enunciados produzidos são submetidos a uma mesma regularidade e dispersão, ou seja, Foucault procura desvendar essas regularidades e dispersões, que transitam nos processos discursivos, no intuito de perceber as configurações que tornam possível a estruturação de um determinado efeito de sentido.

Foucault (2008, p. 83) fala-nos sobre o papel da FD, considerando que ela

não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos.

O nosso intuito aqui não é o de discorrer, exaustivamente, sobre as distinções que transitam na conceitualização do termo FD entre Pêcheux e Foucault, mas de apresentar pontos importantes dessa distinção os quais favoreçam as análises dos excertos. Pontuamos, então, que, para Pêcheux, as FD estão condicionadas aos aspectos ideológicos específicos de uma classe social, conflitantes, nos quais emergem os efeitos de sentido que caracterizariam essa ideologia. Já Foucault, preocupa-se com o caráter epistemológico por meio da produção da estrutura do conhecimento que diz respeito a um período histórico particular e que está em processo no pensamento de uma dada época.

Cumprе ressaltar que articulamos, no decorrer do nosso trabalho, o conceito de FD mobilizada por Foucault, levando-se em consideração a construção da identidade da figura da mulher indígena e da sua condição feminina no processo discursivo, mobilizado no ciberespaço, pelo qual são traçados pela interpelação da memória discursiva que intercambiam a ordem do seu discurso.

A teia tecida no/pelo discurso indica as funções enunciativo-discursivas, numa relação de memória e história, de um “já-dito”, que garante a formulação do dizer resultando

⁴Em sua obra *Arqueologia do Saber* (1969), Foucault realiza vários estudos cuja finalidade foi propiciar um método de investigação para um novo pensamento a respeito da ciência.

num jogo estabelecido pela língua na história e os efeitos desta sobre a língua, provocando as relações de sentido advindos das formações ideológicas (doravante FI). Assim, essas formações correspondem a sistemas representativos que perpassam as FD e articulam os possíveis efeitos de sentido dos discursos (ORLANDI, 1999).

Diante dessa concepção, tem-se que todo discurso é constituído por uma rede de vozes que o atravessa e interage numa relação de aliança, polêmica ou de oposição construindo uma cadeia polifônico-heterogênea do dizer. A noção de heterogeneidade discursiva amplia a visão dos trabalhos realizados na AD e abrem caminhos para outros procedimentos de análise por meio da desconstrução da “maquinaria discursiva”, conforme salienta Mazzola (2009). Inicia-se aqui a fase da AD3 com a incorporação dos estudos realizados por Authier-Révuz (1998)⁵, visto que a noção de discurso é colocada sob a ótica da heterogeneidade enunciativa favorecendo o “primado teórico do outro sobre o mesmo” (PECHEUX, 1990, p. 315).

Em seus estudos, Revuz (1998), explica que todo discurso é heterogêneo, pois o seu interior é constituído e atravessado por outros discursos, “consideramos que o dizer não poderia ser transparente ao enunciador, ao qual ele escapa irrepresentável, em sua dupla determinação pelo inconsciente e pelo interdiscurso (...)” (AUTHIER-RÉVUZ, 1998, p. 17)⁶, sendo assim, temos que a língua não se constitui por sistemas de valores puros e transparentes, mas como um fato social, produto da coletividade, destarte atravessada por ideologias, o que a torna heterogênea.

Na obra “Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio”, Pêcheux (1988) passa a reanalisar os estudos realizados na fase da AD2, revisando algumas articulações desempenhadas sobre a formação discursiva, não a considerando mais como uma estrutura fechada, mas percebida a partir da interferência do outro no processo discursivo.

Em um dos seus últimos textos, *A Análise de discurso: três épocas*, Pêcheux (1990) traz com mais intensidade a questão da heterogeneidade e apresenta como ponto de questionamento a figura da posição-sujeito do discurso, desestabilizando a noção de assujeitamento e colocando em questão a presença do outro na produção discursiva; diante disso, a linguagem passa a ser vista na sua opacidade, nos sentidos múltiplos, seus

⁵Jacqueline Authier-Révuz, linguista francesa, cujos trabalhos analisam o discurso a partir da perspectiva da heterogeneidade na qual se dá por meio da pluralidade de vozes que, simultaneamente, dialogam. No livro *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer* (1998), a autora realiza uma reflexão a respeito da questão discursiva ancorada em três campos do conhecimento: a linguística, a psicanálise e a análise do discurso.

⁶Equivale pontuar ainda que a autora destaca que a heterogeneidade discursiva, pode ser percebida por meio de duas vertentes: a heterogeneidade constitutiva a qual é marcada pela presença do interdiscurso; e a heterogeneidade mostrada apresenta o discurso-outro de modo perceptivo no discurso, pela utilização do discurso direto, por exemplo.

deslizamentos e equívocos provocados pela tensão entre as diferentes redes de significação produzidas pelo discurso.

A opacidade da linguagem caracteriza-se pela transcendência do sentido explícito envolvido num determinado contexto; ancora-se nos deslocamentos e equívocos provocados pela tensão entre as diferentes redes de significação produzidas pelo discurso. E, nessa arena de conflito, o sujeito do discurso tem a ilusão, necessária, de que o que enuncia seja algo inédito, esquecendo-se que o seu enunciado é perpassado por vozes de outros discursos. E é nesse jogo discursivo que a enunciação faz uma retomada do discurso em circulação, isto é, os interdiscursos – o “já-dito”.

Consequentemente, as formações imaginárias que sustentam o discurso estão ancoradas num processo de lembrança e apagamento o que nos faz mobilizar a noção de “esquecimento” proposta por Pêcheux (1988), pela qual podemos compreender que se trata de um já-sempre-lá na produção discursiva acionado pela memória discursiva, ou seja, os sentidos recuperados na historicidade do discurso estabelecida pelo interdiscurso.

Pêcheux (1988) divide e define os esquecimentos em duas ordens. No “esquecimento nº 1”, de caráter ideológico, o sujeito tem a ilusão de que o seu discurso é autêntico e que não há rastros de outros discursos para compô-lo, sendo ele criador absoluto do que enuncia, ou seja, “por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos, quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes (ORLANDI, 1999, p. 35).

Já no “esquecimento nº 2”, de ordem enunciativa, o sujeito acredita que o seu interlocutor entenderá suas intenções enunciativas sem quaisquer outras interpretações, ou seja, que há uma possibilidade monossêmica da linguagem, diante disso, o sujeito do discurso faz uma seleção de determinados sistemas enunciativos em vez de outro, e tem a ilusão de que sabe e controla tudo o que diz.

Portanto, vale pontuar que estando ligado às suas CP, o dizer está condicionado a equívocos, uma vez que não há evidências discursivas, pois de acordo com Pêcheux (1997, p. 53), “todo discurso é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se desloca discursivamente de seu sentido para derivar um outro”.

Analisar o discurso sob o viés da AD constitui um gesto analítico de interpretação do dizer e das evidências cristalizadas sustentadas pelo senso comum; desse modo, utilizaremos os conceitos trabalhados pela AD, especificamente a AD3, no intuito de interpretar os possíveis sentidos, os equívocos, deslocamentos, jogos discursivos dos discursos produzidos por mulheres indígenas no ciberespaço, foco da nossa pesquisa.

1.1.1 O sujeito⁷ sobre o viés da Análise do Discurso

Na ótica da AD, o sujeito transcende o modelo cartesiano projetado pelo Iluminismo, o qual se encontrava no centro e na origem do sentido, ou seja, um indivíduo totalmente centrado e unificado. Na visão da AD, caracteriza-se por ser historicamente contextualizado numa dada sociedade, cindido pela ideologia e pelo inconsciente deixando de ser um sujeito de caráter idealista pelo fato de ser “uma construção social e discursiva em constante elaboração e transformação” (CORACINI, 2007, p. 17).

Dessa forma, o sujeito do discurso, marcado pela historicidade e situado num dado contexto, constitui-se na sua relação com a linguagem num aspecto refratário da ideologia sobre os sentidos, pois a linguagem é uma poderosa ferramenta de construção, transformação e compreensão da realidade circundante, já que é por meio dela que o homem confere sentido às coisas legitimadas na/pela prática social.

Destarte, o sujeito é determinado pela posição de onde ele fala, porém está interpelado por regras as quais direcionam o seu dizer, ou seja, é regulado por uma formação ideológica específica, por isso, é entendido como um ser “assujeitado”⁸. Esse sujeito, afetado pela língua e pela história, caracterizado pela incompletude, vai se delineando a função enunciativa que assume no decorrer do seu discurso, visto que ele não é fonte do dizer, mas constituído por outras vozes que perpassam o seu discurso. Com efeito, para ampliar tal reflexão, é importante destacar que

na ótica da AD, o sujeito é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo seu inconsciente, o que produz não mais um sujeito uno ou cogito como em algumas teorias da enunciação, mas um sujeito cindido, clivado, descentrado, não se construindo na fonte da origem dos processos discursivos que enuncia, uma vez que estes são determinados pela formação discursiva na qual o sujeito falante está inscrito. (GUERRA, 2008, p. 46)

Assim, o sujeito da AD é tido como cambiante, pois ele se (re)constitui constantemente e assume uma identidade “adequada” à situação do discurso, ou seja, assume a identidade baseado na posição do discurso e se constitui na relação com o outro. Diante

⁷ Tratamos aqui do sujeito do discurso, o qual se movimenta, inconscientemente, no discurso e que busca a sua completude na interação linguística com o outro.

⁸ Entendemos por assujeitamento a posição-sujeito do processo discursivo levando-se em consideração a relação língua/ideologia. Conforme pontua Orlandi (1999, p. 51), o assujeitamento “se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade”.

disso, cabe-nos considerar que os sentidos não são sustentados apenas no sujeito, mas também na memória discursiva que põe em funcionamento redes de sentidos complexas e dinâmicas.

Nessa perspectiva, as vozes que se fazem presentes nos discursos, mobilizam diferentes ordens de saberes, que abrigam na sua materialidade uma determinada FD a qual carrega enunciados a ordem intradiscursiva, delineando o fio discursivo inscrevendo a “forma-sujeito”⁹ pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui” (PÊCHEUX, 1988, p. 167); diante disso, a estrutura discursiva da forma-sujeito resulta da relação entre o sujeito e o sentido.

Entendendo que a FD não é um espaço estruturalmente fechado, mas resultante de outros conjuntos discursivos anteriores que se movem na rede enunciativa, temos, que a forma-sujeito também não se mostra engessada e fixa, ao contrário, se desloca em diferentes forma-sujeito dando margem para transformação e (re)organização na relação do sujeito com a língua (ORLANDI, 1999), ou seja, uma adaptação do sujeito à ideologia.

Para Gregolin (2003, p. 27)

o sujeito não é considerado como um ser individual, que produz discursos com liberdade: ele tem a ilusão de ser o dono de seu discurso, mas é apenas um efeito do ajustamento ideológico. O discurso é construído sobre um inasserido, um pré-construído (um já-lá), que remete ao que todos sabem, aos conteúdos já colocados para o sujeito universal, aos conteúdos estabelecidos para a memória discursiva.

O que queremos ressaltar é que, na produção do discurso, o sujeito é interpelado por situações exteriores à linguagem, as quais alicerçam, (re)conduzem e (re)significam a construção dos sentidos e os posicionam numa determinada formação discursiva. Nesse sentido, os sujeitos são “intercambiáveis” e, ao longo dos tempos, vão (re)construindo subjetividades emanadas por acontecimentos discursivos, o que equivale a afirmar que “a noção de sujeito é histórica, tem usos diferentes em diferentes epistemes” (ARAÚJO, 2000, p. 88), pois o sujeito é constituído por práticas discursivas.

A caracterização do sujeito propalada pela AD favorece a análise da posição-sujeito-virtual, assumida por meio da materialidade linguística representada pelas postagens realizadas em *blogs*, por mulheres indígenas, a partir das estratégias enunciativas e a mobilização de diferentes discursos, das quais lançam mão para falar de si e a construção de identidades sobre o que é ser mulher e indígena.

⁹ Entende-se como forma-sujeito “o sujeito falante constituído e identificado pela formação discursiva que o assujeita (PÊCHEUX, 1988).

Vale considerar que esses sujeitos, interpelados pelo aparato tecnológico, posicionam-se a partir das FD imbricadas nos espaços virtuais e por elas se assujeitam. Partindo dessas considerações é que analisaremos e discutiremos a posição desses sujeitos no processo discursivo.

1.1.2 Ideologia e Formação Ideológica

Adversos à compreensão de língua como sendo transparente ou um sistema de valores puros, vemo-na como fato social, produto da coletividade, atravessada por ideologias o que a torna heterogênea. Na opacidade da linguagem, a neutralidade e a monossemia são fatores que não conseguem contemplar a dinamicidade do processo discursivo, uma vez que a interpelação dos fatores sociais é preponderante para a constituição dos efeitos de sentido, diante disso, a ideologia alicerça e constitui o sujeito e a produção de sentidos do seu dizer. Sendo assim, o discurso não pode ser visto como uma unidade isolada, mas estabelecido entre os sujeitos e a história.

Diante disso, o modelo sócio-histórico no qual o discurso é produzido e associado às posições ideológicas, os sentidos carregam valores sociais e culturais que refletem o local de onde o sujeito pronuncia o seu discurso. Para melhor compreendermos essa questão, trazemos à baila as considerações que Brandão (2004, p. 46-47) tece a respeito da instância ideologia, salientando que

consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor da sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos de classe de uma determinada formação social.

Assim, as palavras adquirem sentido por meio da interação em que manifestam os deslizos, e os atos falhos vão permitir o fluxo do inconsciente, pois o sujeito está assujeitado a um contexto limitador do seu discurso. Na AD, as somas de situações enunciativas não são carregadas de neutralidade, mas funcionam como uma articulação, sempre inacabada, da língua com a exterioridade, por isso, exercem a função de um artifício teórico necessário para o estudo da relação entre a sociedade e o campo linguístico. E é nesse jogo discursivo que a enunciação faz uma retomada do discurso em circulação, isto é, os interdiscursos – o já-dito – para a materialização do signo linguístico.

Vale pontuar que o conceito de ideologia proposto aqui concerne aos sistemas de significação entre a linguagem e o mundo, considerando que “enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito” da relação sujeito-linguagem-história (ORLANDI, 1999, p. 48), concepção que se distancia das noções construídas pelo senso comum, baseadas num caráter repressor e autoritário de uma determinada classe dominante.

Nesse sentido, a ideologia ocupa uma posição de fundamental importância nesse estudo levando-se em consideração que a linguagem manifesta-se num dado contexto sócio-histórico fundamentando a formação do sujeito indígena que, ancorado por FD, materializa sua visão de mundo.

Outra noção teórica importante para o gesto analítico proposto aqui é o de FI pelas/nas quais refletem a exterioridade; nesse ponto teórico, temos que as FI contemplam várias FD interligadas nas quais os enunciados ganham sentido. Por meio da formação ideológica, as representações e os jogos estratégicos são marcados pela composição social específica de um dado momento sócio-histórico; isso equivale a afirmar que “os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos do discurso) pelas FD que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p. 161).

Ao adotarmos as FI como sistemas de atitudes e de representações que enviesam as FD (Mascia, 2002), procuramos compreender as imagens que dão visibilidade ao sujeito indígena no *ciberespaço* e o modo como são afetados pela historicidade na produção discursiva.

À luz das considerações realizadas, tem-se que, sendo o discurso do sujeito moldado por meio de outros, vê-se que, por meio dele, configura-se o lugar de observação da relação existente entre a língua e a ideologia, no qual a memória discursiva instaura todos os sentidos já produzidos socialmente, o que, para Authier-Revuz (1998), significa afirmar que o discurso é, então, de fato, o lugar cênico que o reforça, longe de colocar em questão o “verdadeiro” como sua fonte e a sua garantia na ordem do real. É nesse aspecto que a AD observa e analisa os deslizamentos dos sentidos, problematizando-os e procurando compreender o discurso em sua dimensão de acontecimento sempre em movimento.

1.1.3 Discurso, Condições de Produção e Interdiscurso

As considerações até então realizadas apontam para o caminho reflexivo o qual considera que o trabalho desenvolvido pela AD é o de analisar o funcionamento da língua na materialidade, na historicidade e nos aspectos ideológicos que favorecem a produção de sentidos nas práticas sociais. Nessa perspectiva, há um deslocamento da concepção de língua enquanto sistema de signos distintos, como propôs Saussure (1916) ao considerar que “a língua é constituída de signos e estes se definem pelas relações que têm entre si, sem recurso a nada que seja exterior” (GUIMARÃES, 1995, p. 19), que, pelo viés da AD, é tida como o local de materialização do discurso.

Para definirmos discurso, optamos por utilizar a conceitualização dada por Foucault (2008), o qual considera um conjunto de regras determinadas no tempo e no espaço que alicerçam a função enunciativa, ou seja, a palavra em movimento. Para a AD interessa analisar o decurso da materialidade lingüística sustentada por uma determinada formação discursiva que perpassa o sujeito, ou seja, a leitura dos sentidos produzidos dentro de contextos específicos.

Para Foucault (2008, p. 43), uma FD caracteriza-se por um

certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder se definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (Grifo do autor)

Diante disso, a AD considera a linguagem não como um sistema fechado, fixo, óbvio e transparente, mas como acontecimento histórico, ideológico e social em diferentes condições de produção e nuances interpretativas com bases em pistas fornecidas pelo enunciado. Na linguagem o material lingüístico produzido favorece a compreensão do modo como os discursos se constroem e são distribuídos na sociedade de forma polissêmica e parafrástica, constituindo assim, a materialidade lingüístico-histórica. Assim, o discurso não pode ser visto como uma unidade isolada, mas na relação estabelecida entre os sujeitos e a história.

Coloca-se aqui uma das questões mais relevantes do nosso estudo que consiste em traçar reflexões sobre as construções discursivas produzidas por mulheres indígenas, diante da complexidade do concatenar do processo identitário por meio das marcas lingüísticas pelas

quais emergem sentidos silenciados, interditados e estereotipados, construídos ao longo dos tempos e que ainda perpassam a memória discursiva histórico-social. Nessa perspectiva, o discurso “torna-se o conceito central da investigação arqueológica, que o localiza precisamente entre a estrutura e o acontecimento, por conter, de um lado, as regras da língua e, de outro, aquilo que é efetivamente dito” (GUERRA, 2012a, p. 48).

Sendo que o discurso só adquire sentido ao passo que se encontra inserido em outros discursos, as CP são necessárias para que haja meios de produção desses sentidos, os quais são atravessados pela ideologia. Ou seja, os efeitos de sentido possuem aspectos que, compartilhados com a ideologia e com as formações discursivas de um determinado grupo, contribuem para que os processos de significação se efetuem.

Quanto à conceitualização de CP, compartilhamos com Mascia (2002 p. 28) a definição de que são “as imagens que os interlocutores fazem de si e do outro, a partir do lugar que eles ocupam no contexto histórico-social”. Vale pontuar que, estando ligado às condições de produção, o dizer está condicionado a equívocos, uma vez que não há evidências discursivas. Para Pêcheux (1988, p. 53) “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se desloca discursivamente de seu sentindo para derivar um outro”.

No imbricamento entre o linguístico e o social, as CP favorecem a compreensão do porque um determinado discurso emerge considerando a inserção de respectivas práticas discursivas em detrimento de outras, assim como o lugar ideológico ocupado pelo sujeito enunciator. Desse modo,

as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a posição social, já que as palavras significam conforme as formações ideológicas e as posições sujeito, ligadas às vozes presentes no discurso e inseridas em diferentes formações discursivas, tornando-se significativo num determinado contexto histórico. (SCHERMACK; FREITAS, 2012, p. 51)

Para entendermos o que implica dizer que todo discurso é pautado por um caráter histórico-social, faz-se necessário empreendermos o conceito de interdiscurso definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (...) que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 1999, p. 31).

Nesses termos, o interdiscurso possibilita que uma dada situação discursiva seja ressignificada pelo sujeito ativada por uma memória de experiências passadas, que emergem e retomam outros dizeres sob a forma de um pré-construído alicerçando o funcionamento do

processo discursivo, isto quer dizer que “o que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras” (1999, p. 32).

As tecnologias digitais favoreceram a abertura de um cenário que proporciona uma ampla veiculação de processos discursivos, que trazem para o centro vozes silenciadas e contribuem para mudanças das práticas discursivas como parte do processo histórico e social que se (re)montam por meio da linguagem, da história e da sociedade, que atravessam o discurso do colonizador e deslocam o sujeito indígena do anonimato para a visibilidade, pois, ao fazer uso dos recursos midiáticos, rompe com as barreiras das desigualdades e se insere num espaço social, que por muito tempo o deixou (?) na subalternidade e emerge a representação indígena que se distancia de figuras estereotipadas que permea(m)vam fragmentos de outros discursos.

1.1.4 Heterogeneidade discursiva: a constituição do outro sobre o que se diz

À luz das considerações realizadas até aqui, procuramos mobilizar os principais conceitos teóricos da AD que nos serviram de alicerce para a construção das análises do *corpus* constituídos pelas práticas discursivas e pelos efeitos de sentido produzidos por mulheres indígenas no *ciberespaço*, a partir do imbricamento do histórico, no social e no linguístico. Perscrutamos por caminho que aponta que a linguagem, na complexidade que lhe é peculiar, traz em sua constituição os rastros de discursos-outros, pelos quais são estabelecidos os sentidos da cadeia discursiva.

Essas referências são caracterizadas por Authier-Révuz (1998) como heterogeneidade discursiva, isto é, as formas como esses rastros se apresentam nos discursos, se articulam com acontecimentos já discursivizados e estabelecidos por relações dialógicas auxiliando na construção dos sentidos.

Nesse sentido, a AD concebe que a linguagem encontra-se num lugar conflituoso e opaco situada numa linha de mediação entre o sujeito e a sociedade; aquele busca a completude, ao considerar, inconscientemente, que é fundador e regulador dos sentidos do seu discurso o que é refutado pelo próprio discurso em função da materialidade linguística que (d)enuncia a presença do outro.

Para Authier-Révuz (2004, p. 18), o discurso nunca é homogêneo, pois a presença do “outro, em compensação, não é explicitada por marcas unívocas na frase: a “menção” que duplica “o uso” que é feito das palavras só é dada a reconhecer, a interpretar, a partir de

índices recuperáveis no discurso”. Diante disso, a heterogeneidade, para a linguista, pode ser percebida, no discurso, por meio de dois aspectos:

* mostrada: caracterizada pela utilização dos discursos: indireto – no qual o enunciador comporta-se como um tradutor da fala do outro dentro do seu discurso; e direto – são utilizadas as próprias palavras do outro no processo discursivo. A heterogeneidade mostrada configura-se, portanto, pela explicitação de outra voz no discurso por meio das marcas lingüísticas;

* constitutiva: é a presença do outro no corpo do discurso por meio da memória do Outro (inconsciente) orbitando no discurso, esquecida momentaneamente e recuperada no ato da fala. Reavemos aqui a presença do esquecimento nº 1 postulado por Pêcheux (1969). Podemos compreender que a heterogeneidade constitutiva não é localizável por meio de marcas, mas está integrada às palavras.

Pelo fato de conceber a língua como marca de incompletude, por deslizamentos de sentidos os quais revelam as movimentações do inconsciente no sujeito e por tramas de vozes que constituem o discurso, analisamos a produção discursiva da mulher indígena no *ciberespaço* buscando verificar como o discurso do outro é mobilizado e constituído na produção de identidade(s) por meio do imbricamento do eu e do outro que intermediam essa produção identitária criada para o indígena e pelos indígenas.

Dessa forma, a construção da identidade, assim como a da alteridade, fundamenta-se pela relação do eu com o outro por meio de constantes negociações de sentido e de relações de poder constituindo o seu lugar como sujeito histórico-sócio-ideológico, pois ao carregar “em si o outro, o estranho (...) o transforma e é transformado por ele” (CORACINI, 2007, p. 17).

Para iniciarmos as discussões a respeito da construção e representações identitárias da mulher indígena, a natureza da heterogeneidade no campo discursivo nos auxiliaram na compreensão de como as marcas, os rastros, contribuem para a efetivação dos processos construtivos das representações dessas mulheres nos embates de vozes que ecoam na discursivização já que neles estão cingidos os processos de subjetivação e argumentação.

Em seguida, trataremos à baila as contribuições dos estudos realizados por Foucault, no que concerne à escrita de si (2004b) e o Panóptico (1987), assim como as considerações sobre o Sinóptico alicerçadas por Bauman (1999), por se tratar de conceitos que nos apoiaram na compreensão da (re)produção de discursos identitários no contexto virtual.

1.2 Michel Foucault: para “desestabilizar” o discurso

Michel Foucault foi um dos maiores e completos pensadores da contemporaneidade, exercendo uma inestimável influência no meio intelectual do ocidente. Seu trabalho é conhecido pelas críticas emanadas às instituições sociais assim como pela formulação de teorias que realizou sobre o saber, o poder e o sujeito por meio de uma perspectiva problematizadora das diferentes epistemologias e alicerçada por constantes questionamentos, distanciando-se de explicações unívocas e dando visibilidade às partes ocultas que permeiam as sociedades.

A obra foucaultiana está dividida em três fases, nas quais são exploradas teorizações acerca de “uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura” (FOUCAULT, 1995). Na primeira fase, a da arqueologia¹⁰, Foucault propõe um conflituoso diálogo com a Filosofia e a História no intuito de compreender o surgimento e a transformação dos saberes no espaço social

a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que são imanentes a eles – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante - os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. (FOUCAULT, 1979, p. X)

A arqueologia investiga a estrutura do pensar o que diz respeito a um período histórico particular, ou seja, busca-se encontrar pressupostos e preconceitos, em geral inconscientes, que estão presentes no pensamento de uma época, que deram lugar às formas diversas da episteme. A cada época são construídas verdades e é nesse campo que a arqueologia se insere na busca por enunciados que possibilite a um discurso ser considerado verdadeiro.

Nessa fase, Foucault empreende com maior desenvoltura, na obra *Arqueologia do Saber*, um método investigatório sobre a ordem de constituição de um determinado saber, ou seja, um método que procura desvendar como o homem constroi, discursivamente, sua própria existência, perscrutando sobre o que, como e por que “uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas” (FOUCAULT, 2008, p. 203) oferecidos pelo discurso.

¹⁰ Na fase da arqueologia são publicados os seguintes livros: “A história da loucura” (1972); “O nascimento da clínica” (1980); “As palavras e as coisas” (1966) e “Arqueologia do saber” (1986).

Na fase genealógica¹¹, Foucault provoca um deslocamento da noção do discurso como sendo um instrumento do saber, verificando-se a sua autenticidade no funcionamento com as relações de poder. Segundo ele,

trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material. (FOUCAULT, 1979, p. 189)

A investigação proposta na genealogia foucaultiana consiste em conhecer a estrutura de um momento histórico em toda a sua amplitude, desvelando suas rupturas e fragmentações responsáveis pela consolidação de “verdades” e “conceitos”, isto é, o propalar dos saberes na história. A genealogia implica no “acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1979, p. 171) do poder e na distribuição do seu funcionamento.

Para Foucault, o poder transita em todas as esferas da sociedade manifestado por relações de poder constituídas historicamente e em constante transformação, funcionando como um dispositivo de regulamentação da vida dos sujeitos, domínio no qual ele se exerce não como a lei, mas como normas que produzem condutas.

O funcionamento do poder na visão foucaultiana dá-se “como um conceito que tenta compreender como as práticas sociais operam, sem cair, numa teoria tradicional da história” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 227), isto é, o poder não se faz por meio da dicotomia dominante/dominado, mas transita de um lado para o outro por meio das correlações de força que se articulam dinamicamente.

Vale ressaltar que a analítica do poder encontrada nas ideias foucaultiana concentram-se em dois mecanismos concomitantes: o poder disciplinar – no âmbito do corpo – e o biopoder: de âmbito populacional, regularizante. Diante disso, podemos considerar que “a genealogia é um diagnóstico que se concentra nas relações de poder, saber e corpo na sociedade” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 117).

¹¹ Na fase genealógica, podemos encontrar as seguintes publicações: “Vigiar e Punir” (1975) principal obra da referida fase, na qual Foucault “analisa os dispositivos de poder nas sociedades disciplinares (...) o autor desenvolve uma pesquisa (...) que trás à tona as instituições enquanto mecanismos de controle não só dos corpos, mas também da alma dos indivíduos (MASCIA, 2010, p. 217), e a História da Sexualidade I: a vontade de saber (1976).

Em *A história da sexualidade – vontade de saber* (1988), Foucault constroi a hipótese de que as sexualidades são socialmente construídas pelos discursos institucionais, como o da igreja, da família e da escola, a fim de produzir e reduzir a prática sexual para a reprodução, no intuito de controlar repressivamente os indivíduos.

Foucault problematiza o discurso da repressão sexual como sendo uma técnica de poder alinhavada pelos instrumentos negativos ligados ao sexo, constituído por uma cadeia de elementos os quais regulam o indivíduo a partir de um jogo de interesses e estratégias.

Segundo o autor,

se a sexualidade se constitui como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos. (FOUCAULT, 1988, p. 108-109)

O projeto elaborado por Foucault foi o de compreender o poder enquanto um dos componentes capazes de explicar os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos. Diante disso, ele o analisa não visto do centro, mas a forma como é exercido na estrutura social, ou seja, como produz saberes e estabelecem verdades que servem como alicerce para estabelecer práticas sociais que disciplinam os sujeitos.

Na fase da hermenêutica do sujeito, Foucault dedica-se ao estudo da subjetividade no intuito de compreender como o sujeito se constroi e dá sentido às suas regras de existência, a partir da qual “os indivíduos foram levados a voltar a atenção a si mesmos, a decifrar-se, a reconhecer e assumir-se como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo mesmo uma certa relação que lhes permite descobrir no desejo, a verdade de seu ser” (FOUCAULT, 2004a, p. 194).

Os diferentes modos de subjetivação propostos por Foucault, na empreitada da análise do cuidado de si, dão-se pelo retorno à era clássica da constituição do *ethos*, articulando conceitos filosóficos, perdidos no tempo, de um sujeito ético, moral e livre. Esse último estágio analítico de Foucault procura considerar as mudanças nos modos de subjetivação sobre os jogos de verdade e as reflexões de poder.

Faz-se necessário considerar que esse sujeito defendido por Foucault (2006a), não se trata daquele fonte dos sentidos e centrado inspirado pelo marxismo, mas daquele em constante (trans)formação e (re)construção por meio das regras de existência, na qual se cria

“uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 231).

A questão essencial problematizada por Foucault nessa fase caracteriza-se pelos padrões de pensamento e de comportamento do mundo ocidental, responsáveis pela determinação de condutas pelas “diferentes formas pelas quais o indivíduo é levado a se constituir como sujeito (...) indo da questão do sujeito à análise das formas de subjetivação, e de analisar essas formas de subjetivação através das técnicas/tecnologias da relação consigo” (FOUCAULT, 2010, p. 06).

Dentro dessa teia de significados do cuidado de si, Foucault ressalta que o olhar introspectivo visa, além do melhoramento pessoal, o lado reflexivo do sujeito, impulsionando a análise que procura compreender o modo como ele se reconhece, ou seja, como o sujeito é construído ao longo da história, delineando a relação sujeito-poder como uma verdadeira prática social.

Ao longo da sua produção, Foucault procura dar visibilidade àquilo que passava despercebido aos olhos da civilização e é pelo discurso que há a articulação do poder-saber, pois não existe relação de poder que não seja acompanhada da criação de um saber, de um conhecimento, e vice-versa. Esse filósofo fala ainda sobre o papel da formação discursiva, considerando que “não se trata de uma formação temporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais” (ARAÚJO, 2000, p. 83).

Diante disso, Foucault concebe o discurso como sendo o efeito de sentido entre os interlocutores o que transcende, de acordo com Araújo (2000, p. 93), “o conceito de discurso como um produto da retórica”, por isso, tece o caráter discursivo por meio de um olhar crítico, o qual transcende os moldes da hipótese repressiva enunciando a desmistificação dos discursos tradicionais e deslocando a concepção de poder como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem.

Perscrutamos, pela perspectiva foucaultiana, a análise e problematização sobre o surgimento dos discursos produzidos no *ciberespaço* levando-se em consideração não apenas o que se encontra na superfície do discurso, mas também escavá-lo e retirar as condições de existência do discurso proferido a fim de compreender os efeitos de sentidos produzidos por sujeitos sociais e historicamente contextualizados, marcados por redes de memórias, as quais interligam as práticas discursivas e a produção de identidades.

Vale pontuar que não consideramos o analista do discurso um ser iluminado que conseguirá retirar toda a essência dos enunciados, mas o vemos como um investigador do aparecimento do discurso, que leva em consideração a época, a dinâmica das condições de

produção e as formações ideológicas que atravessam o dizer, favorecendo elementos necessários para a problematização dos discursos veiculados como objeto de investigação.

1.2.1 A escrita de si e a exposição do eu na virtualidade

No tocante à nossa pesquisa, os três momentos das fases foucaultianas permearam as análises, levando-se em consideração o aspecto contínuo engendrado em cada uma delas, porém haverá maior ênfase na segunda e na última fase desse filósofo. Naquela, pela abordagem dada à articulação do poder e a produção de saberes, os quais, visualizados no ambiente virtual, propõem uma reflexão sobre a relação entre o sujeito, o discurso e a (re)produção de verdade(s) sobre a mulher indígena. E nesta, propondo uma análise sobre a escrita de si e a exposição do eu na virtualidade, entendidos como um mecanismo discursivo constituídos por “práticas racionais (...) pelas quais os homens não apenas determinam para si regras de conduta, como também buscam transformar-se (...)” (FOUCAULT, 2004a, p. 198).

Ao se debruçar sobre a problematização da subjetividade e da sua relação com a verdade, Foucault procura compreender quais são os efeitos de subjetivação produzidos, a partir das regularidades das práticas discursivas, que acarretam a produção de saberes os quais constituem o homem tanto como objeto de saber como de conhecimento.

Diante disso, Foucault (2006a) considera que o encadeamento entre a subjetividade e a verdade instaura-se no conhecer-te a ti mesmo – *gnôthi seautón* – que é

uma espécie de agulhão que deve ser implantado na carne dos homens, cravado na sua existência, e constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência. (FOUCAULT, 2006a, p. 11)

Essa análise do sujeito da moral proposta por Foucault é baseada nas experiências realizadas pelos próprios sujeitos instauradas pelo desejo de reconhecer-se em meio a um determinado campo do saber como forma de (re)construção e reflexão constantes, distanciando-se de quaisquer ações punitivas ou coercivas, assim como, propondo uma libertação das dicotomias pecado x culpa, humano x divino, profano x sagrado, com um exame de consciência.

Dessa forma, a constituição do sujeito, na análise foucaultiana, perpassa por dois processos complementares e interrelacionados que produzem os jogos de verdade, que foram denominados por Foucault de objetivação e subjetivação, os quais fazem “com que o sujeito

possa se tornar (...) objeto de conhecimento” (FOUCAULT, 2004a, p. 236). Pelo processo de objetivação, o sujeito identifica-se no contexto de determinadas condições de produção, na relação dos saberes e poderes que o envolve, diante disso, Foucault (2006b, p. 238) lança olhares reflexivos sobre os “procedimentos e as técnicas utilizadas nos diferentes contextos institucionais, para atuar sobre o comportamento dos indivíduos, apontando o modo como os homens governam a si e aos outros”.

A complexidade das reflexões foucaultianas a respeito dos sujeitos impulsiona suas investigações sobre como os modos de subjetivação são constituídos e dissipados no decorrer da história e que os atravessam. Para esse filósofo, a subjetivação caracteriza-se por ser um “processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades de organização de uma consciência de si” (FOUCAULT, 2006a, p. 262). Assim, a marca do pensamento foucaultiano, nesse contexto, verte-se na (re)construção de si mesmo e sua estreita relação com a estruturação dos jogos de verdade.

Nesse movimento, Michel Foucault aponta a necessidade de perceber o sujeito desvinculado da hegemonia da moralidade cristã e das práticas disciplinares e propõe pensá-lo por meio de uma reflexão ética, a qual busca a “estética da existência” e as “artes de si” (FOUCAULT, 2006a) resgatadas da Antiguidade Greco-Romana, dentre elas, a escrita de si que está atrelada à memória, pois traz à tona o inconsciente para o consciente, tendo um teor confessional e retirando do olhar do outro o caráter disciplinador e mobilizando movimentos interiores do sujeito.

Ao retomar o papel da escrita dos séculos I e II, Foucault (2006 a) destaca as funções *etopoiéticas*¹², essenciais para o processo de escrita da prática de si por si mesmo, sendo que as formas mais conhecidas são o *hupomnêmata* e a correspondência. Aquela, recupera materiais lidos ou escritos, o já-dito, funcionando como uma lembrança consultada sempre que necessário e “oferecido como um tesouro acumulado para releitura e meditação posteriores” (FOUCAULT, 2006a, p. 147); esta caracteriza-se por ser um exercício de escritura pessoal destinado ao outro, isto é, um modo de manifestação de si para o outro. Para Foucault (2006a, p. 156), “a reciprocidade que a correspondência estabelece não é simplesmente a do conselho e da ajuda, ela é a do olhar e do exame”.

Cabe salientar que a escrita de si configura-se como uma memória tangível que interliga o sujeito ao momento presente, (re)produzindo experiências, imagens e

¹² A função *etopoiética*, expressão que se encontra em Plutarco, funciona como operadora da transformação da verdade em *ethos*.

acontecimentos e proporcionando o seu (re)conhecimento enquanto pessoa; nesse sentido, Foucault (2009, p. 143) considera que o “papel da escrita é constituir, com tudo o que a leitura constitui, um ‘corpo’”.

Vale pontuar que, no âmbito de nossa pesquisa, as ideias mobilizadas por Foucault sobre a constituição do sujeito pelo ato de conhecer-te a ti mesmo deram alicerce e fôlego para o exercício de nossas análises, pois ao falar de si a indígena produz um discurso como prática de resistência aos discursos normatizantes, favorecendo uma nova forma de constituição da subjetividade, sendo a escrita um exercício que favorece tanto o conhecimento sobre si como a interação com o outro.

A escrita de si, analisada pela perspectiva foucaultiana, vincula-se à produção de subjetividade, pois está associada ao exercício do pensar sobre si mesmo, um ato reflexivo que possibilita ao sujeito mostrar-se e transformar-se por meio da confissão, da meditação e do relato destinado ao outro, levando-se em consideração o contexto em que a escrita de si aparece.

Em tempos em que a internet ganha um vultoso destaque na sociedade, vê-se uma ruptura do espaço e do tempo assim como uma mudança do perfil do sujeito, agora ativo e participante do processo de organização e construção de informações. Nesse território de virtualidade, anonimato e (in)visibilidade os indivíduos constroem imagem de si e do outro alinhavadas nas exigências da pós-modernidade pela qual a identidade está em constante (re)laboração e passa a ser vista de modo descentralizado e inacabado constituído por um intenso processo em movimento.

Cabe acrescentar que, a flexibilidade dos cabos de rede abre uma imensa tela de confidências pela qual os indivíduos expõem sua privacidade e seus pensamentos colocando-se em cena para o outro observador por meio da escrita. Sobre isso, concordamos com Scherer (2010, p. 118) ao pontuar que

a escrita equivale a ir em busca de nossa história, ou seja, de nossa capacidade de “jogar com a letra e, ao mesmo tempo, de viver na intimidade de um ser estranho, para não fazê-lo conhecido, e sim para estar ao lado dele sem medo de ficar entre o dizível e o indizível.

Produzida na virtualidade, a escrita transcende à materialidade da folha de papel, da tinta e alterou as formas de propagação e recebimento das informações que, no *ciberespaço*, se proliferam por toda parte e se multiplicam sem quaisquer limites. Esse panorama tem favorecido novas estratégias que os sujeitos contemporâneos lançam mão para colocar em

ação práticas de ser e estar no mundo experimentando e criando novas subjetividades acessíveis a milhares de pessoas. Registra-se, diante disso,

um abandono daquele lócus interior, em proveito de uma gradativa exteriorização do eu (...) em vez de solicitar a técnica da introspecção, que procura olhar para dentro de si a fim de decifrar o que se é, as novas práticas incitam o gesto oposto: impelem a se mostrar para fora. (SIBILIA, 2008, p. 115)

Sobre os escritos de si produzidos no *ciberespaço*, especificamente nos *blogs*, trazemos à baila as contribuições de Coracini (2011) ao considerar que as condições de produção e seu funcionamento na construção da identidade, no caso de nossa pesquisa, do sujeito-indígena, permitem a exposição e espetacularização¹³ do eu, pois os aterfatos das mídias virtuais constroem “redes de textos, abertos ao público, rasgos, cada vez mais profundos, invadindo a privacidade de cada um, que se ostenta no espetáculo da própria vida ou na invenção de si” (CORACINI, 2011, p. 30).

A rede mundial de computadores, no compasso da evolução do espaço virtual, favoreceu, além das inovações tecnológicas, inestimáveis avanços nas ferramentas de comunicação até então disponíveis, ampliando o acesso das relações sociais, culturais e interpessoais expondo na rede cenas dos modos e de experiências de vida que são compartilhadas e permanentemente (re)escritos e (re)lidos por inúmeros usuários no mundo inteiro deslocando o eixo do hábito escrita de si para a escrita para todo mundo, pois na construção do eu no *ciberespaço* “o sujeito instaura um movimento de narrativização que ficcionaliza uma identidade para si” (RUIZ, 2011, p. 107).

Diante disso, acreditamos que as relações de saber/poder presentes na escritura virtual, mobiliza a incompletude do sujeito, pois a todo o momento utiliza de artifícios, por intermédio do discurso, tornar-se aceitável a um grupo de indivíduos “identificado como alguém que compartilha as características da tribo e a ela pertence” (RUIZ, 2011, p. 108) nesse sentido, ao escrever sobre si, o sujeito (re)significa-se e se (re)constroi colocando-se em cena para a observação do outro.

¹³ O termo espetacularização é utilizado aqui mobilizando a ideia de estar e ser visto nas mídias digitais, especificamente nos *blogs*, assim como a relação estabelecida entre os indivíduos que estão conectados à rede e o modo como eles se apresentam em meio às conexões digitais.

1.2.2 Do Panóptico ao Sinóptico: jogos de controle e visibilidade

O termo *ciberespaço* foi utilizado pela primeira vez “no livro *Neuromancer*, de William Gibson, publicado em 1984. Referia-se a um espaço imaterial no qual seres humanos eram conectados através de aparelhos eletrônicos” (MARTINO, 2014, p. 29). Nesse ambiente comunicacional, não se faz necessário a presença física para que haja formalização do diálogo, vê-se então, uma ruptura do espaço e do tempo para o processo de organização e construção de informações.

No ciberespaço o indivíduo (re)cria, inconscientemente, representações pelas quais tem a ilusão de estabelecimento de ser e estar numa rede comunicacional pela qual o seu direito de liberdade de expressão é garantido, sabe-se, porém que, todo discurso é controlado, ou seja, os indivíduos estão condicionados a realizar apenas o que é permitido nesse ambiente. Nesse sentido, trazemos à baila a contribuição de Foucault (1995, p. 09) ao considerar que “não se tem o direito de falar tudo em qualquer circunstância (...)”.

O sentimento de pertencimento, o qual envolve uma dada comunidade virtual, torna-se um meio potencializador de novas interações, assim como, o fortalecimento pelo interesse da vida do outro, exposta nas redes sociais, vemos que “estas novidades transformam a tela de qualquer computador em uma janela aberta e “ligada” a dezenas de pessoas ao mesmo tempo” (SIBILIA, 2008, p. 12). Tendo a sua difusão iniciada a partir de 1999, os *weblogs*, doravante *blogs*¹⁴, acabaram ganhando adeptos em todo o mundo, levando-se em consideração a possibilidade de postagem de qualquer conteúdo, sendo ele de caráter individual ou coletivo e também, pela facilidade do acesso e postagens nessa ferramenta.

Tavares (2010, p. 197) discorre que “um blogue pode ser considerado, simultaneamente, como um instrumento e como uma forma de expressão, sendo a forma de expressão determinada pelas características tecnológicas do instrumento”, diante disso o *blog* pode ser considerado a escrita de si na atualidade.

¹⁴ Corroborando o direcionamento do nosso trabalho, compartilhamos com Komesu a definição de blog. De acordo com a autora, o referido termo é uma “corruptela de *weblog*, expressão que pode ser traduzida como “arquivo na rede”. Os *blogs* surgiram em agosto de 1999 com a utilização do *software* Blogger, da empresa do norte-americano Evan Williams. O *software* fora concebido como uma alternativa popular para publicação de textos *on-line*, uma vez que a ferramenta dispensava o conhecimento especializado em computação. A facilidade para a edição, atualização e manutenção dos textos em rede foram – e são – os principais atributos para o sucesso e a difusão dessa chamada ferramenta de auto-expressão. A ferramenta permite, ainda, a convivência de múltiplas semioses, a exemplo de textos escritos, de imagens (fotos, desenhos, animações) e de som (músicas, principalmente)” (KOMESU, 2004, p. 110)

Sobre isso consideramos que “as escritas de si constituem objetos privilegiados quando se trata de compreender a constituição do sujeito na linguagem (ou nas linguagens) e a estruturação da própria vida como um relato – seja escrito, audiovisual ou multimídia” (SIBILIA, 2008, p. 34). Pode-se afirmar então que, os *blogs* tornaram-se espaços públicos que atingem um número infinito de usuários que se sentem confortáveis para exhibir(se) opiniões, ideias, ideais e inúmeras outras motivações as quais constituem o fantástico mundo da virtualidade.

Interessa-nos analisar os *weblogs*, no intuito de investigar o modo de representação e constituição da mulher indígena nesse ambiente virtual, considerando que, por meio dele, a relação de subjetividade e visibilidade ganha novos formatos e podem ser atualizados frequentemente num movimento de plasticidade, atemporalidade e metamorfose de ser e estar no mundo. Com isso,

a representação da instantaneidade da produção escrita não é justificável numa prática em que os escritos pessoais são produzidos como reflexões a serem guardadas e lidas somente pelo escrevente ou por alguns poucos conhecidos. A velocidade da comunicação deve ser justificada e apresentada nos casos em que a produção textual é vinculada (...) (KOMESU, 2004, 112)

Levando-se em consideração a expansão do espaço virtual e a propagação em larga escala das informações que nele circulam, estas ferramentas virtuais provocam a abusão de que se trata de um espaço estritamente democrático de trocas de ideias, que em muitas situações perdem esse foco, tornando-se uma arena de lutas de ideias conflitantes as quais precisam ganhar visibilidade aumentando, conseqüentemente, a discussão. Nesse ponto, percebemos que cada usuário do *ciberespaço* se apresenta da melhor maneira que lhe convier, pois este espaço é menos hierarquizado, porém, não menos vigiado.

Conforme mencionamos anteriormente, o sujeito do discurso não é dotado de total liberdade de dizer, pois há uma regulamentação do processo discursivo, no qual ele (re)organiza o que diz/escreve como forma de inserção na ordem do discurso investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens.

Deve-se observar que as instituições disciplinares produzem nos sujeitos modos de ser propalando efeitos de poder. Em Vigiar e Punir (1987), Foucault recorre ao modelo de Panóptico de Jeremy Bentham pelo qual provoca nos indivíduos um estado de constante vigilância nesse espaço fechado, recortado e vigiado que não deixa escapar quaisquer movimentos, por menores que sejam, no intuito de registrar todos os acontecimentos

(FOUCAULT, 1987) e penetrar no comportamento dos indivíduos de modo discreto e anônimo.

Nesse formato, os aparelhos disciplinares conduzem e regulamentam o que é normal e o que desvia da normalidade, diante disso, os olhos do outro, do observador, favorecem a correção e a adequação às normas, possibilitando assim, a transformação do indivíduo, no intuito de tornarem-se dóceis conferindo-lhe uma identidade. Desse modo, esses dispositivos disciplinares funcionam como produtores de saberes e, conseqüentemente, de verdades que fazem os indivíduos adequarem-se a elas, sob a pena de serem excluídos. Equivale pontuar que as normas disciplinadoras, nesse tocante, não dizem respeito às questões violentas de imposição de regras ou ações repressivas, mas a emergência de uma verdade instaurada na sociedade, pois a verdade é uma construção histórica cuja análise se remete às suas regras de aparecimento, organização e transformação do papel discursivo na produção de identidades sociais.

O Panóptico, analisado pelo viés Foucaultiano, funciona como um mecanismo de (re)análise comportamental do indivíduo, isto porque, viabiliza a autovigilância necessária para sua promoção e transformação delineando seus comportamentos que se diluem nas diversas relações sociais, ou seja, na linha analítica foucaultiana sobre a ação do poder nos indivíduos, o Panóptico constituiu-se mais que uma estrutura arquitetônica, mas por uma estrutura física engendrada pela interiorização de um processo de saber. Sendo assim,

graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça. (FOUCAULT, 1987, p. 228)

Na fluidez e liquidez do ciberespaço a vigilância ganha um novo formato distanciando-se de instituições físicas, mas que o acompanha na sua expansão, diante disso, pode-se falar num mundo pós-panóptico o qual leva os indivíduos a uma visibilidade que transcende às instituições disciplinares fixas, mas utilizando-se da linguagem eletrônica representada por novos dispositivos como

circuitos internos de TV, câmeras, chips, bancos de dados e programas computacionais de coleta e processamento de informação expõem as ações e comportamentos de inúmeros indivíduos a uma vigilância quase que contínua. (BRUNO, 2004, p. 110)

O que desejamos ressaltar são o aumento dos olhos observadores e a extensão a que se pode chegar essa observação favorecendo a visibilidade das diversas partes de um conjunto, a partir do controle virtual. Na nova ordem consagrada pela pós-modernidade, o local cede lugar ao global na contingência do processo de constituição da subjetividade na contemporaneidade, fase em que os indivíduos estão mais propensos à exibição de uma identidade construída para os olhares alheios.

Atualmente assistimos a uma acentuada exposição da vida privada, um incansável “show do eu” (SIBILIA, 2008) nas redes sociais, especificamente nos *weblogs* como uma maneira farta de tornar visível a representação de si como uma forma de projeção e de se tornar aceito, pertencimento necessário a um coletivo o qual garante a efetivação do processo identitário.

Os avanços das novas tecnologias da comunicação, impulsionaram a (re)formulação das técnicas de dispositivo de poder e vigilância que contemplem as especificidades do *ciberespaço*, assim como dos seus usuários, ou seja, que lancem olhares aos “novos dispositivos de visibilidade com diferentes implicações na sociedade e na subjetividade” (BRUNO, 2004, p. 115), estamos nos referindo aqui ao sinóptico.

Esse termo, emprestado do sociólogo Thomas Mathiesen, foi explorado por Bauman, no livro *Globalização* (1999) no intuito de demonstrar o funcionamento de um novo mecanismo de poder frente às novas tecnologias vigentes. De acordo com esse sociólogo, o sinóptico é desprovido de materialidade, uma vez que a fluidez das novas tecnologias dispensa construções específicas e “o ato de vigiar desprende os vigilantes de sua localidade, transporta-os pelo menos espiritualmente ao ciberespaço, no qual não mais importa a distância, ainda que fisicamente permaneçam no lugar” (BAUMAN, 1999, p. 60).

Quando nos referimos aos dispositivos de vigilância contemporâneos focamos na análise na exteriorização de subjetividades e representações de si desprendidas das amarras do controle, da reforma e correção, a vigilância hoje vincula-se ao processamento de informações a respeito da subjetividade do indivíduo “que se constitui prioritariamente na própria exterioridade, no ato mesmo de que se projeta e de se fazer visível a outrem” (BRUNO, 2004, p. 116).

Esse ambiente dominado pela ascensão tecnológica promove uma nova disposição nos modos de organização e administração dos mecanismos de observação os quais passam a atuar nas subjetividades, ou sejam o campo de visibilidade passa a atuar no espaço privado do cotidiano

tornando os indivíduos ao mesmo tempo mais sujeitos à vigilância e relativamente mais autônomos de sua própria visibilidade, dado que neste caso a exposição de si não está sujeita à autorização e à intervenção de terceiros. Nas atuais plataformas da web (...) passamos da tentativa de ingresso na mídia para a possibilidade de o indivíduo ser sua própria mídia e criar, conseqüentemente, seu próprio público. (BRUNO, 2013, p. 53)

Diante disso, vemos que as versões cibernéticas da escrita de si projetam essa análise sinóptica voltadas para a representação da subjetividade, em especial da figura indígena foco da nossa pesquisa, pois ao lançar-se no ciberespaço (re)construindo identidade(s), “os dispositivos de visibilidade atuais oferecem o olhar do outro e uma cena pública numa realidade social onde o indivíduo só existe se ele é capaz de fazer saber que ele existe” (BRUNO, 2004, p. 118), que desloca-se da representação contida na memória discursiva da sociedade hegemônica.

CAPÍTULO II

MAPEANDO DIMENSÕES HISTÓRICAS E REPRESENTATIVAS

Como não interrogar sobre o novo lugar das mulheres e suas relações com os homens quando nosso meio século mudou mais a condição feminina do que todos os milênios anteriores? (LIPOVETSKY, 2000, p. 11)

Pretende-se neste capítulo, estabelecer um percurso do momento histórico-social a partir do século XIX, destacando alguns pontos sobre a figura feminina, fomentar a representação tanto de si como do outro em relação à mulher indígena alinhavadas pelas perspectivas da pós-modernidade a partir da utilização das mídias digitais como possibilidade de se mostrar ao outro. Estas vertentes são de extrema importância para que as análises do *corpus*, as quais serão realizadas posteriormente, atinjam os objetivos propostos e possam contribuir para o deslocamento de sentidos presentes nas construções de crenças e valores atravessados pelo processo discursivo que denunciam representações estereotipadas de gênero.

Ao enveredarmos pelos caminhos das dimensões históricas sobre as representações da figura feminina, trazemos autores como Beauvoir (1970), Lipovetsky (2000), Loro (2013), dentre outros, os quais auxiliaram nas discussões e reflexões sobre as identidades femininas cristalizadas pela fragilidade e a preeminência do poder masculino diluídas nas esferas sociais. Trazemos à baila também, Guerra (2010, 2012), Luciano (2006) e Limberti (2009, 2012) para favorecer fundamentações mais precisas, e um olhar mais insigne sobre a representatividade da figura indígena e as movências históricas que permitem construir memórias polifônicas as quais remetem à figura indígena.

No intuito de discutir sobre as práticas discursivas e os efeitos de sentidos que nelas transitam, e como eles se relacionam ao processo identitário produzidos nos espaços virtuais, serão mobilizados conceitos que favoreçam a análise da constituição do dizer nas mídias sociais, especificamente nos *blogs*. Diante disso, nos apoiaremos nos estudos e reflexões realizados por Hall (2006), Bhabha (1998), Martino (2014), Sibilia (2008), dentre outros.

Ao longo desse capítulo procuramos situar a figura feminina no percurso histórico a fim de compreender a constituição do seu espaço e as manobras discursivas das/sobre ela,

elementos fundamentais para reflexão sobre a sua condição no momento atual e das práticas linguísticas a partir das imbricações dos aspectos linguístico, social e digital.

2.1 PÓS-MODERNIDADE: o que nos faz sujeitos pós-modernos?

A nova configuração mundial, marcada por mudanças sociais, econômicas e culturais iniciadas na década de 60, com o período pós-guerra, descortina os efeitos da globalização introduzindo o período da revolução das tecnologias da informação e comunicação atrelada às mudanças no modo de pensar e agir numa sociedade cada vez mais fluída e descontínua que “nos desvencilham de todos os tipos tradicionais de ordem social” (GIDDENS, 1991, p. 10) e que atendem às necessidades da sociedade do século XXI.

As características desse novo milênio representam uma ruptura da velha ordem, sustentada pela visão de um mundo estável e de instituições sólidas, e passa a dar visibilidade a uma conjuntura articulada aos sistemas de informação, parte da expansão do período pós-moderno, representados por alguns aspectos, dentre os quais temos a globalização, as comunicações eletrônicas, a flexibilidade, a fragmentação de fronteiras e o consumo.

Nesse sentido, podemos analisar a pós-modernidade tanto pelo viés histórico, ao se propor uma análise da ruptura de um período fixo, centrado no mundo das coisas, que direciona o sentido do agir humano; como pelo aspecto psico-filosófico-social, pelo qual o sujeito passa a ser visto como (co)produtor das esferas que compõem a condição humana definida pela (des)construção de valores consolidados.

O modo de vida produzido pela pós-modernidade é impulsionado pela aceleração do fluxo com que as coisas acontecem e se dissipam em meio à sociedade onde tudo ocorre de modo fluido, em excessos e fugaz, mediado pela satisfação imediata, pela busca do prazer e pelo desejo à consumação.

A sedução provocada pelo consumo está moldada e guiada por significados sociais, econômicos e culturais influenciados por paradigmas midiáticos que condicionam um *status* no mundo social no qual a posse se dispersa na ânsia de desejar, que na visão de Bauman (2001, p. 88) a “atividade consumista não é mais o conjunto mensurável de necessidades articuladas, mas o *desejo* – entidade muito mais volátil e efêmera, evasiva e caprichosa (...)”.

O contexto atual provoca movimentos singulares, alimentados pela ideologia do consumo apoiado pelas estratégias midiáticas, as quais moldam os sujeitos e direcionam suas escolhas, seus gostos e acabam definindo quais são as suas necessidades básicas, diante disso, o mercado passa ser um dos mais novos espaços modeladores da vida.

As reflexões realizadas por Bauman em seu livro *A vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias* (2008) concentram-se na análise dos impactos causados pelo consumismo desenfreado sobre a sociedade contemporânea, mais precisamente, a necessidade dos indivíduos de serem notados, seguidos e valorizados na sociedade em que vivem. O autor nos explica que o modo de vida produzido pela sociedade líquido¹⁵-moderna, ancora-se numa perspectiva materialista caracterizada pelo consumo maciço de bens e serviços deflagrando, continuamente, a necessidade de visibilidade materializada em produtos. Nesse sentido, o sociólogo afirma que “a sociedade de consumidores se distingue por uma reconstrução das relações humanas a partir das associações entre os consumidores e os objetos de consumo” (BAUMAN, 2008, p. 19).

E é nesse sentido que são criadas estratégias de pertencimento empreendendo, cada vez mais, a notoriedade sobre si legitimando novos *ethos* social os quais influenciam o fazer e o ser, que compõem a nova “ordem do discurso” (FOUCAULT, 1995), veículo de novas formas de linguagem, poder e a busca constante pelo o que é atual “num mundo de incessantes novos começos” (BAUMAN, 2008, p.28). Ainda sobre a sobre a “ordem do discurso”, Foucault (1995) salienta que a regulação do enunciado é estabelecida por procedimentos externos e internos de controle a fim de estabelecer a distribuição do poder e dominar a materialidade do discurso.

O discurso produzido na pós-modernidade traz imbricado no seu contexto os interesses econômicos e mercantilistas e, atualmente, se apoia nas mídias digitais para reforçar a consagração dos seus valores envolvendo uma gama muito maior de pessoas, que são seduzidas a identificarem-se com as representações sociais e ideológicas nele presentes, diante disso, o significado produzido por aquilo que se consome, opera, significativamente, na subjetividade humana, assim como na relação que os indivíduos mantêm entre si.

Equivale considerar que não é a nossa pretensão asseverar que as mídias são as únicas responsáveis pelos processos de subjetivação no mundo contemporâneo, mas por meio delas podemos encontrar elementos que caracterizam diferentes arranjos conectados entre o indivíduo e a sociedade e, para isso, precisam desencadear desejos, atração e outras estratégias de persuasão mobilizadas por elas. Como afirma Martino (2014, p. 09) “as mídias digitais, e o ambiente criado a partir de suas conexões, estão articulados com a vida humana – no que ela tem de mais sublime e complexo”.

¹⁵ O termo líquido, utilizado por Bauman (2001), serve para ilustrar a intensidade e voracidade que as mudanças infiltram na sociedade pós-moderna e desconstróem quaisquer indícios de segurança e estabilidade deixando emergir a fluidez, pois, “os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo” (BAUMAN, 2001, P. 08).

Nesse contexto de multiplicidade, fragmentação, informação e de produções materiais, a questão de identidade merece um olhar crítico e reflexivo, pois os processos fulcrais das sociedades (pós)moderna passam por intensas e contínuas modificações as quais (res)estruturam as relações interpessoais e, também, a identidade do sujeito inserido nesse cenário.

Hall (2006) acredita que, levando-se em consideração a complexidade da concepção das identidades moderna, é importante perceber que as mudanças estruturais da sociedade e as paisagens culturais de classe acabam “abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2006, p. 09).

Mas quem é, afinal, esse sujeito imerso na instabilidade e mutações da sociedade pós-moderna? Para responder essa questão, apoiar-nos-emos nas reflexões realizadas por Hall (2006) quando propõe três concepções de identidade: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e o pós-moderno, sendo este, foco da nossa consideração.

No colapso da vida contemporânea, a identidade do sujeito pós-moderno é, constantemente, interpelada pela efemeridade e provisoriedade do movimento da vida cotidiana implicando em novas visões de mundo, desconstruindo as noções de unificação e estabilidade configurada pelo olhar linear e de longa duração, retratada no Iluminismo. Diante desta consideração, o sujeito da pós-modernidade, conforme a abordagem de Hall (2006) é definido “historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do “eu” coerente” (HALL, 2006, p. 13).

Esse processo produz no sujeito reações movediças como resultado do provisório, do variável e dos efeitos transitórios das mudanças estruturais e institucionais que nos rodeiam. Deve-se ter em mente que a pós-modernidade não se define apenas pelas modificações abrangentes e incessantes, mas é um modo profundamente reflexivo dos modos de vida, uma vez que, não é possível continuar explicando o mundo com as mesmas teorias anteriores.

“O que sabemos de novo sobre os processos de identidade e de identificação, não sendo muito, é, contudo, precioso para colocar as transformações por que está a passar a teoria social” (SANTOS, 1999, p. 120) e nesse sentido, problematizamos a construção identitárias indígenas confrontando o que é imperativo na memória coletiva quando os povos indígenas ganham visibilidade nas redes sociais, especificamente, nos *blogs*, e se colocam em cena desconstruindo o ideário eurocêntrico cujos “efeitos tendem a refletir imagens de contradição, contrariedade, oposição e incongruência” (LIMBERTI, 2012, p. 17).

A pós-modernidade, com sua fluidez e deslocamentos (re)constroi a visão de mundo, de discursos e propõe perceptibilidade à pluralidade cultural distanciando-se de oposições binárias, isto porque, a formação cultural é um processo de se tornar e não um ponto ontológico (HALL, 2003).

A discussão aqui realizada contribuiu para que (re)analisemos as mudanças ocorridas no cenário contemporâneo, não como uma substituição ou um apagamento do que foi construído em outras épocas, mas para a vermos como o desenvolvimento dos aspectos econômicos, sociais e culturais, em toda a sua complexidade, atendem as transformações ocorridas no mundo atual, sendo a pós-modernidade um divisor de água da modernidade.

2.2 MASCULINO X FEMININO: apenas uma questão de gênero¹⁶?

As construções sociais alicerçadas a partir das questões de gênero, não são discussões recentes nem muito menos tranquilas. Há muitas (re)construções sendo realizadas, avanços e definições ainda valorizadas que fortalecem o binário das relações masculino x feminino. Durante séculos, a figura feminina foi representada por meio de um determinismo biológico enquadrando-a numa posição de invisibilidade social e de tratamento diferenciado levando-se em consideração a fragilidade que lhe foi imposta. Desconstruir a lógica dicotômica masculino x feminino, ideologicamente marcada, implica em adotar um posicionamento crítico a respeito dos relacionamentos interpessoais e institucionais que, ao longo dos tempos, vem determinando as relações de poder.

O discurso, como prática social, contribui para a internalização de pressupostos culturais de gêneros e desempenham um papel fundamental na conscientização e definição de nossas identidades colaborando positiva ou negativamente nas interações sociais estabelecidas cotidianamente. Desse modo, o valor histórico de homens e mulheres funciona como regime de verdade e posicionamentos sociais baseados no olhar masculino sobre o feminino.

É imperativo que para se compreender “o lugar e as relações dos homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (LORO, 2013, p. 25) e analisar de que maneira esse conhecimento social se perpetua na realidade trazendo consigo performances identitárias que se cristalizam e se preenchem como uma série de normas e atitudes.

16 Quando falamos de gênero referimo-nos as relações existente entre masculino e feminino numa relação de poder e de desigualdade (COSTA, 2012).

O mundo na qual as mulheres estão inseridas é o mesmo para os homens. Tal informação parece óbvia, mas se refletirmos criticamente sobre esse ponto, notaremos que a distinção é latente! A realidade encontrada no mercado de trabalho é umas das traduções mais profundas sobre essas diferenciações, no qual as vagas nos cargos de chefia, por exemplo, são ocupadas, na maioria das vezes, por homens e os salários são, ainda, absurdamente diferenciados.

Rago (s/d) considera que o trabalho não é uma atividade suscetível à diferenciação de valores e de mais valia, diante disso, afirma que “o facto de relegar à mulher a uma série e trabalhos considerados de inferior categoria (...), e que não producian nada tangível, portanto era desprezado, obedece a uma lógica de dominação que deve ser analisada e superada” (RAGO, s/d, p.08-09). Observa-se que as diferenciações não são somente por esquemas classificatórios, mas abarcam o desempenho de papéis.

Entender as relações de gênero transcende analisá-las pelo enfoque biológico¹⁷, mas de levar em consideração as práticas sociais e a historicidade que as constituem para que se compreenda como os papéis foram constituídos e construídos no decorrer dos tempos e produzidos como verdades (FOUCAULT, 1995).

A influência da cultura patriarcal, sobre os espaços ocupados por homens e mulheres, assim como os papéis exercidos por eles na sociedade, alicerçaram, durante anos, a dominação do arquétipo viril mantendo-se a ordem compulsória no âmbito social e cultural por meio do emblema mulher mantenedora e, homem chefe de família. Assim, por vários anos, a mulher foi vista pelo viés masculino como frágil e incapaz.

Diante disso, a constituição de inferioridade da figura feminina, foi uma construção histórica e social e, conforme registra Castell (1999, p. 169) “essas manifestações permeiam as relações sociais de dentro para fora do espaço doméstico/privado” como sendo uma forma primitiva de relações de poder.

Quando nos referimos a homens e mulheres, há outros critérios mais significativos a serem analisados do que a visão simplista de gênero a qual determina o que é ser feminino ou masculino, o que é apenas para mulher e o que é para o homem. As práticas discursivas que sustentam os pressupostos culturais de gênero, construídos em nossa sociedade, reforçam e modelam os comportamentos dicotômicos pelo qual o gênero masculino é sempre mais valorizado.

17 Concordamos com Coimbra (2003, p. 212) ao considerar que “os fatores biológicos não têm autonomia própria sem a interpretação cultural que a ele concedemos ou sem a contextualização devida”.

Equivale ressaltar que nosso intuito aqui não é o de levantar bandeiras a favor da figura feminina ou da masculina, mas de favorecer problematizações e (re)analisar as formas de representação socialmente construídas e, nessa mesma linha de pensamento, Coimbra (2003) aponta que

precisamos observar e desconstruir não as diferenças entre mulheres e homens mas sim focalizar como os discursos, as práticas discursivas e as intenções que sustentam a primazia masculina transformam essas diferenças em desvantagens para as mulheres (COIMBRA, 2003, p. 214).

No universo cultural da questão de gênero, a mulher indígena também se encontra na movência do construto da identidade social feminina cujos aspectos de análise não podem ser dirimidas por um único viés, conforme apontamos, mas é necessário se levar em conta outras questões, tais como: classe, raça, língua, etnia. Carneiro (2003, p. 319) salienta que

grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira.

Levando-se em consideração a questão da etnia indígena, a figura feminina, na grande maioria, é submissa ao homem o qual detém o poder na tribo, porém na sua ausência há uma alteração de papéis, no qual a indígena direciona todas as questões familiares (ALVES, s/d). O deslocamento do papel de chefia dá-se pela necessidade de uma dada situação na tribo e não como um compartilhar constante das atribuições.

Mesmo em meio a tantas mudanças ocorridas no mundo contemporâneo, ainda assim a questão sobre a identidade social entre homens e mulheres caminha a passos lentos para uma (re)definição de posturas e condutas que atendam aos movimentos sociais, culturais e econômicos do período pós-moderno, pois o que marca essa fase transcende a padrões fixos e imutáveis, porém abre suas portas para um amplo processo de descentramento e deslocamentos.

Diante do que expusemos aqui, não há como considerar que ser masculino e feminino constitui apenas uma questão de gênero, é preciso pensar “de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos”

(LORO, 2013, p. 27) e a identidade se torna fragmentada. Equivale pontuar que a questão entre homens e mulheres não se encontra inerte e nem perdida no tempo, há movimentos, pesquisas e outras discussões que trilharam caminhos os quais nos levam a enveredar por outros modos de compreender as identidades sexuais e questionar sobre que o parece ser natural dando visibilidade para aqueles que as construções sociais deixaram invisíveis.

2.3 A CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO SUJEITO FEMININO: o forte sexo frágil

Pela história da humanidade podemos considerar que o gênero feminino esteve tolhido por padrões opressores sexistas os quais silenciaram, reprimiram e reforçaram a condição de submissão por meio de papéis prescritos pela sociedade, provenientes do discurso dominante e machista, intensificando o estereótipo feminino e colocando a mulher num lugar de invisibilidade e de desvalorização. Nesse sentido, a figura feminina “apresenta-se assim como o inessencial que nunca retorna ao essencial, como o outro absoluto, sem reciprocidade” (BEAUVOIR, 1970, p. 181).

Durante séculos, a figura feminina foi consagrada como o de progenitora, conferindo-lhe também a função das atividades doméstica, do bem-estar e da ordem familiar o que as afastavam das funções nobres da sociedade. Esse modelo feminino denominado por Lipovetsky (2000)¹⁸ como a “primeira mulher”, define o seu lugar na sociedade que é o “seu lar” e, confinada à ordem doméstica, reafirma-se as relações de poder legitimadas pela dominação e exploração das funções femininas.

A oposição entre o mundo privado e o público habilita a mobilização de valores ideológicos-culturais reforçando a função passiva feminina inculcada ao “segundo sexo”, como considera Beauvoir (1970, p. 10) “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”, mas que se constitui

¹⁸ Em “A terceira mulher: permanência e revolução do feminino”, o filósofo francês Gilles Lipovetsky, traça uma análise histórica a respeito da condição feminina tanto na vida social, como na vida familiar, categorizada por três fases constituídas por momentos distintos. Na primeira fase, “a primeira mulher, ou a mulher depreciada”, tem-se a construção da hierarquia dos sexos destinando aos homens e a mulher era tida como um “mal necessário confinado nas atividades sem brilho, ser inferior sistematicamente desvalorizado ou desprezado pelos homens (LYPOVETSKY, 2000, p. 234). A segunda fase, “a segunda mulher, ou a mulher enaltecida”, consagra-se o papel da esposa-mãe-educadora coberta de todos os louvores, porém Lipovetsky salienta que “o poder feminino permanece confinado apenas aos campos do imaginário, dos discursos e da vida doméstica (2000, p. 235); já a terceira fase,” a terceira mulher, ou a mulher indeterminada” marca uma ruptura histórica da influência dos homens sobre a significação da mulher. O filósofo considera que o modelo da terceira mulher constitui-se pela “desvitalização do ideal da mulher no lar, legitimidade dos estudos e do trabalho femininos, direito de voto, “descasamento”, liberdade sexual, controle da procriação: manifestação do acesso das mulheres à inteira disposição de si em todas as esferas da existência (...)” (2000, p. 237).

sobre a sombra da personificação masculina rigidamente demarcada pelo monopólio da tradição patriarcal.

Desconstruir preceitos, crenças e tabus no que concerne, especificamente, à fragilidade do sexo feminino, constitui o desvencilhar das amarras do conservadorismo e de ideologias que perpassam o discurso hegemônico, levando-se em consideração que a identidade feminina é um produto social e reflexo do olhar do outro, sendo o sexo masculino um dos responsáveis (in)diretos pelas manobras da representação de gênero apoiado pelo desejo de controle que opera na constituição de corpos dóceis, uma vez que “o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhes impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 1987, p. 163).

Inscrito no discurso do sendo comum, cabe à mulher “salvaguardar o bem-estar da família, para casar e ter filhos, para proteger o marido e os filhos” (CORACINI, 2007, p. 80), acentuando a posição feminina aos afazeres domésticos, à obediência e à serventia. Nesse sentido, a posição-sujeito divulgada na/pela vertente masculina são construídas e vinculadas por meio de opressão e coerção da figura feminina.

Nessa perspectiva, é moldada a “verdade” sobre a posição da mulher na sociedade na qual está inserida. Assim como Mascia (2002, p. 70), vemos que a verdade “consiste em discursos veiculados e aceitos em um determinado momento sócio-histórico a partir dos quais construímos nossa consciência de mundo”. Na arena de práticas e discursos hegemônicos de poder, submissão e verdades instauradas, a figura feminina permaneceu por muito tempo privada de seus direitos e valores negados a fim de atender às necessidades domésticas e familiares as quais reforçaram e cristalizam a sua posição subalterna.

Historicamente a estrutura patriarcal foi a espinha dorsal da sociedade e (co)responsável pela materialização da exclusividade e predominância masculina sobre todos os bens, assim como da família; essa forma de organização impôs, fortemente, as diferenças das subjetividades entre homem e mulher colocando em destaque a superioridade de um em detrimento da inferioridade do outro.

O espaço limitado e a falta de autonomia na sociedade masculina sancionam as mulheres a necessidade de deslocar as representações de gêneros deixando de estar à sombra do sexo oposto, instituindo assim, novas práticas discursivas as quais se distanciem das desigualdades e diferenças e rompam estigmas unidirecionais de visão homogeneizadora dentre elas a de que “seu fracasso ou sucesso é julgado em termos de hierarquias masculinas” (ROSALDO, 1979, p. 42).

As questões sobre gênero sempre atravessaram os acontecimentos históricos levando-se em consideração dois pontos cruciais: as transformações e as (re)articulações do contexto social as quais reiteram a ampliação das práticas discursivas que produzem os jogos de verdade, de saber-poder formuladas pelos diferentes discursos “como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época(...) as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 136).

O declínio da estrutura patriarcal é marcado, dentre outros fatores, pelo desenvolvimento industrial o qual marca a passagem do século XIX para o século XX,

com o desenvolvimento industrial e, como consequência, com a queda da qualidade de vida e uma necessidade mais forte de dinheiro e de aumento do poder aquisitivo da família, a sociedade brasileira começou a aceitar, não sem relutar fortemente, o trabalho da mulher” (CORACINI, 2007, p. 80).

Diante disso, o período de invisibilidade das mulheres começa a ter as suas arestas sutilmente cortadas e elas passam a desvencilhar dos afazeres domésticos e ocuparem posições e postos de trabalho onde antes inexistia a figura feminina, porém, “o trabalho da mulher não a emanciparia de suas tarefas e de seus papéis na família, nem colocaria em risco sua feminilidade” (CORACINI, 2007, p. 83), isto é, sem que se perca a sua vocação natural.

As ideologias hostis, ancoradas na velha moral do eterno feminino, ainda se encontram presentes no discurso masculino, delineando os afazeres femininos sem que com isso houvesse eminentes ameaças dos seus interesses. Às mulheres eram disponibilizadas atividades as quais se aproximassem de sua constituição biológica, ou seja, com pouca ou nenhuma força física, monótonas e repetitivas.

Uma vez que se vêem, não apenas desenvolvendo atividades estritamente domésticas, mesmo executando jornadas duplas entre o privado e o público, as mulheres se sentem valorizadas por meio do trabalho assalariado, providas de uma ilusória (in)dependência. Acreditamos ser ilusória, pois no momento em que a industrialização se instala, o papel de mulher-operária ainda não consegue produzir uma identidade profissional estando no entre-lugar da sociedade.

Com a expansão dos grandes setores de atividade econômica, movimentos feministas foram surgindo, a partir da década de 70, movendo a bandeira da necessidade de transformação do papel feminino e a construção de um novo modelo social alargando as

fronteiras e libertando vínculos injetando novos ânimos pela luta em prol dos **direitos** (grifo nosso) de cidadania, igualdade e (re)democratização dos sistemas de valores.

Para Lipovetsky “o reconhecimento social do trabalho feminino traduz o reconhecimento do direito a uma “vida sua” (2000, p. 228) desvalorizando a secular concepção de subordinação do feminino ao masculino.

Nesse período observa-se a considerável modificação na estrutura econômica, política, cultural, familiar e social as quais deram condições para a descaricaturização da figura feminina. Lipovetsky considera que é “a recusa de uma identidade constituída exclusivamente de mãe e de esposa que caracteriza a condição feminina pós-moderna” (2000, p. 220) que anseia pela visibilidade e governo de si favorecidos pelo desprendimento das relações entre os sexos assim como da necessidade de voz e vez, condições necessárias para a definição e caracterização do seu perfil identitário desvencilhado da hegemonia do discurso masculino; não se trata de “um ideal de reversão, na qual os homens seriam subalternos, mas sim um veículo que levaria as mulheres a fazerem seu trajeto ao lado deles (ROCHA, 2015, p. 27).

Esse (re)posicionamento social da figura feminina, instaurado pela pós-modernidade, implica na sua percepção como ser humano dotado de anseios, direitos e expressões que lhes são peculiares impossibilitando assim que sejam impostos ou traduzidos pelo sexo uma vez que “quando a vida humana assume formas mais complexas, esboça-se uma autonomia individual e o laço que une os sexos se afrouxa” (BEAUVOIR, 1970, p. 38). O que se propaga são a heterogeneidade e o plural entre os sexos, o “feminismo da diferença” pelo qual as determinações biológicas distanciam-se das inscrições socioculturais dos sujeitos (ANZALDÚA, 2005).

O lugar contemporâneo das mulheres configura-se pela desconstrução de tradicionais concepções históricas e análise da alteridade, isto porque

a emancipação feminina é dada fundamentalmente como uma questão que passa por dimensões sócio-econômicas do período e não como um debate em torno de questões específicas sobre a condição da mulher, como a sexualidade, a maternidade, a contracepção e questões outras que ficam subsumidas em meio aos problemas gerais da sociedade e à luta das mulheres trabalhadoras (MANINI, 1996, p. 51).

Definir e (des)caracterizar o seu perfil identitário desvencilhado da hegemonia do discurso masculino, propõe uma transformação e conscientização de si a fim de ser percebida como ser humano e levá-la a num novo momento fomentado pelo declínio da estrutura

patriarcal. Tomemos aqui o conceito de identidade de resistência definida por Castell (1999, p. 24) “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”.

Interessa-nos focar os olhares a essa mulher pertencente a pós-modernidade cujas escalas de valores vão de encontro aos postulados patriarcais, o que a marca, como guerreira, dona de si de seus sonhos; mulher que sabe o que quer e para onde vai, vencendo, desse modo, a invasão masculina e impossibilitando a posição de sujeito-mulher-de-direito, a terceira mulher, caracterizada por Lipovetsky (2000).

2.4 FIGURA INDÍGENA: imagens e representações

Nosso intuito nesse tópico é de apresentar algumas das representações sobre a imagem do indígena fomentada a partir das influências do universo ideológico atravessada pela memória discursiva tanto de si como do outro.

Historicamente a figura indígena foi moldada a partir de uma perspectiva fantástica, idealizada, sobrenatural, selvagem e exótica pelas quais permeavam um ser dotado de poderes que transcendiam as capacidades humanas.

Representante do romantismo brasileiro, momento em que se busca uma identidade nacional tendo o índio como figura correspondente, José de Alencar, na obra “Iracema” (1865), constroi a imagem da indígena por meio dos vieses fantásticos e exóticos na qual a personagem encontra-se em sintonia com a natureza que se imbrica com os elementos da cultura nativa. A visão de idealização da figura indígena pode ser percebida na passagem do livro em que Alencar realiza a descrição da personagem ao considerar que

Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira. O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado. Mais rápida que a corça selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira tribo, da grande nação tabajara, o pé grácil e nu, mal roçando, alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas. (ALENCAR, 1998, p. 17).

Ainda enveredando pelas terras da literatura, no que tange o aspecto exótico da figura indígena, temos a descrição feita por Pero Vaz de Caminha, na carta enviada ao Rei D. Manuel, em que relata o primeiro contato com o nativo da terra de Vera Cruz: “A feição deles é serem **pardos**, um tanto **avermelhados**, de **bons rostos** e **bons narizes**, **bem feitos**. Andam

nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência (CAMINHA, s/d, s/p).”

Vemos que a figura indígena é construída pela ótica do outro por meio de estereótipos globalizantes e niveladores ancorados por visões que, pouco ou nada, condizem com o seu modo de ser, pensar ou agir, visto que a diferença “não está só no tempo e nem na população, mas principalmente de cultura, de espírito e de visão de mundo sobre o passado, o presente e o futuro” (LUCIANO¹⁹, 2006, p. 17).

Outro aspecto que merece destaque baseia-se na imagem performática do nativo dos quinhentos anos solidificando como matriz a qual define o seu lugar para o outro considerado como “a imagem espetacular do paraíso perdido” (ALEGRE, 2000, p. 71) no qual os indígenas permanecem imutáveis e distantes de todas as transformações ocorridas na sociedade; uma alegoria que sustenta o imaginário social atravessados pelos processos e discursos históricos operadores de efeitos de sentidos sobre o indígena.

O forte vínculo construído a partir da perspectiva dos colonizadores, por meio de visões parciais e estereotipadas, concebe um contorno totalizante dos povos indígenas, o que nos permite interpretar que “a percepção atua como pré-requisito para a sua interpretação, acionando a produção de sentidos, orientando-se na direção que a formação ideológica e a representação de mundo do sujeito estabelecem” (LIMBERTI, 2012, p 18).

As representações construídas a partir da visão criadas pela cultura hegemônica consolidam ambiguidades e contradições polarizadas que nebulam as questões identitárias as quais singularizam e massificam as etnias indígenas, sobre isso, vale dizer que a identidade, como construção social, histórica e discursiva, encontra-se em constante (re)elaboração e (trans)formação; fragmentada por ser móvel, cambiante e transitar “por fronteiras, nem sempre demarcadas de maneira clara, pois os limites se confundem e as referências se misturam” (GUERRA, 2013, p. 41).

Ainda sobre a esteira dessa pesquisadora, temos que, na atualidade, o indígena não pode ser considerado apenas pela perspectiva da originalidade, “cultura de origem”, mas também pelas marcas que trazem da cultura do branco, ocupando assim um entre-lugar na sociedade operando uma “personalidade plural” (GUERRA, 2013).

Visto pelo olhar do outro, o indígena ocupa uma posição de inferioridade por ter sido civilizado, domesticado, pois não atendem aos padrões culturais hegemônicos os quais

¹⁹ Gersem dos Santos Luciano é professor, o primeiro índio mestre em Antropologia Social no Brasil e representante indígena no Conselho Nacional de Educação.

exprimem e fundamentam o discurso oficial, ou seja, um “indivíduo a corrigir”, o anormal para Foucault (2001). Seus costumes eram/são tidos, ainda que de modo velado, regras de conduta contrárias ao da cultura do branco, assim como um estrangeiro, porém dentro do seu país de origem.

Assim, “a cultura popular do índio seja esse entre-lugar de sobrevivência e resistência do discurso desse excluído que, assim, reconstroi sua identidade social em confronto com o discurso hegemônico que tenta reduzi-lo a um lugar de subalterno” (GUERRA, 2012a, p. 65).

E os indígenas, o que pensam a respeito de si? Tendo a sua voz silenciada, (re)moldados por meio de arquétipos excludentes e reprimidos por processos ideológicos, o indígena se vê como um ser diferente (re)produzido por meio de uma visão equivocada e desfocada. Esse discurso de exclusão tem a intenção, conforme nos lembra Limberti (2012, p. 45), de “preservar o *nós*, negando o *outro*, o diferente, o estrangeiro, o “*não-nós*”.

A autora ainda considera que o discurso estereotipado sobre o indígena

aponta para um sujeito desaculturado, com identidade opaca, porque qualquer característica sua não tenha sido acionada no momento enunciativo, é considerada inexistente, perdida, como se o sujeito fosse sempre uma coisa acabada, completa, inteira, que já é antes do momento do discurso (LIMBERTI, 2009, p. 31).

No que se refere às suas tradições, Luciano (2006) considera que as gerações mais antigas precisaram abrir mão de suas identidades devido às repressões que sofreram em detrimento à cultura do branco. Segundo esse professor, essas gerações “foram forçadas a abdicar de suas culturas, tradições, de seus valores e saberes porque eram considerados inferiores, satânicos e bárbaros” (LUCIANO, 2006, p. 40).

Reforçando as considerações acima, Guerra (2010, p. 61) ressalta que “o índio, enquanto índio, não era considerado brasileiro. Ele devia abandonar seus hábitos, formas de organização, usos e costumes para poder ser considerado como brasileiro”, uma vez que o seu modo de vida diferencia-se dos paradigmas estabelecidos pelo poder hegemônico o qual estabelece o que se enquadra ou não aos padrões tidos corretos, colocando à margem tudo o que foge aos princípios normatizantes.

O discurso excludente, na sua versão colonizadora, por muito tempo situou o indígena numa esfera de inferioridade e desprestígio considerando-os como uma subclasse, sem direitos, voz ou vez forçando-os a se apropriar da cultura do outro, no intuito de incluírem-se na sociedade que (não) o insere. Porém as últimas décadas, com a emergência da

pós-modernidade, trazem uma ruptura das concepções hegemônicas de fixidez e passam retirar do anonimato as culturas marginalizadas, na qual a indígena, dentre outras, se insere, , num movimento de transculturação.

Consideramos que o desvencilhar das amarras da tradicionalidade, possibilita-nos (re)pensar as questões étnicas por meio do prisma da diversidade distanciando-nos do viés do estereótipo. Sendo assim, podemos destacar que

os povos indígenas do Brasil vivem atualmente um momento especial de sua história no período pós-colonização. Após 500 anos de massacre, escravidão, dominação e repressão cultural, hoje respiram um ar menos repressivo.(...) Culturas e tradições estão sendo resgatadas, revalorizadas e revividas (LUCIANO, 2006, p. 39).

E acrescenta que “entrar e fazer parte da modernidade não significa abdicar de sua origem nem de suas tradições e modos de vida próprios, mas de uma interação consciente com outras culturas que leve à valorização de si mesmo” (op.cit., p. 40) e das particularidades que compõem cada grupo socialmente constituído amparados por ideias e valores que alicerçam suas representações sociais.

Atualmente, os povos indígenas têm os seus direitos legalmente amparados no intuito de promover o respeito e “dignificar o índio como ele é, respeitar sua humanidade, garantir a sua liberdade real e a sua igualdade de direitos frente ao restante da sociedade brasileira” (VILLARES, 2009, p. 43). Tendo os seus direitos amparados por Lei, os indígenas passam a se sentir valorizados e, de certa forma, enquadrados no sistema vigente. Nesse sentido, “a identidade de indígena, negada e escondida historicamente como estratégia e sobrevivência, é atualmente reafirmada e muitas vezes recriada por esses povos” (LUCIANO, 2006, p. 42).

Nesse jogo tenso de representações identitárias Castell (1999) observa que ao longo da história, a etnia foi fonte, tanto de significado como de reconhecimento, responsável pelas lutas por justiça social, diante disso, a relação branco/índio fez “de cada um estrangeiro para o outro e, com o decorrer do tempo, à medida que o índio vai assimilando os valores do outro, vai se tornando pouco a pouco estrangeiro de si mesmo” (LIMBERTI, 2009, p. 30).

Diante do que apresentamos nesse tópico, equivale ressaltar que analisar as representações e as imagens da figura indígena sem se levar em conta o processo transcultural²⁰, é ignorar todo alicerce da formação histórica e cultural que constitui o

²⁰ Transculturação é um termo criado pelo antropólogo cubano Fernando Ortiz Fernandéz para designar uma oposição à aculturação. Naquela terminologia, não se pressupõe que as “culturas politicamente dominadas simplesmente se adaptem aos ditames da cultura dominante. Elas não se aculturam passivamente. Ao receber seu

encontro entre os povos. Dessa maneira, vemos que o processo que fundamenta a noção de sujeito, que circula entre as culturas, no caso da nossa pesquisa a do indígena e a do branco, faz parte de um desenvolvimento plural de entrecruzamentos, atravessamentos e contraposições carregadas do conteúdo do ser compostos e produzidos por movimentos e organizações da vida dos grupos humanos.

2.5 MUNDO VIRTUAL CONECTADO: a arquitetura das redes na constituição dos cibernavegantes

A evolução tecnológica favoreceu a aproximação das pessoas seja levando-se em consideração a questão territorial ou pela apropriação de ideias, opiniões, valores, enfim, a conexão de usuários com afinidades em comum transformou a tela de “qualquer computador em uma janela sempre aberta e “ligada” a dezenas de pessoas ao mesmo tempo” (SIBILIA, 2008, p. 12) deslocando a concepção de local físico e mobilizando a visão de fluidez, uma vez que o espaço ocupado pelo escrevente no *ciberespaço* é o infinito, o não-lugar (CASTELL, 1999).

O advento das redes sociais²¹ contribuiu para o estreitamento das fronteiras de espaço e tempo possibilitando assim o rompimento da comunicação unidirecional viabilizando a integração entre os sujeitos e seus saberes. Nas redes sociais os contatos estabelecidos entre o escrevente e seus observadores ocorrem, geralmente, por meio da afinidade dos assuntos tratados os quais acabam delineando as características dos seus participantes e os “laços sociais”²² (MATINO, 2013) mantidos entre eles.

Pelos laços sociais, articulados nas redes sociais, a (in)visibilidade de quem é observado ganha contorno a partir dos acessos realizados aos materiais disponibilizados, pois esse movimento torna-se a garantia de que o que se publica está legitimado pelo olhar alheio, diante disso, quanto mais visualizações, compartilhamentos e comentários, maior é o prestígio de si na *performance* nas telas midiáticas “desse eu (...) que fala, que se narra e se mostra por toda parte” (SIBILIA, 2008, p. 198).

impacto, elas também influenciam o dominador. Inicia-se um processo dinâmico, de trocas mútuas, no qual nenhuma das culturas envolvidas permanece idêntica.” (AVELAR, 2011, s/p).

²¹ De acordo com Recuero (2009, p. 24) “uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). Uma rede assim é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores”.

²² Por laços sociais entendemos como sendo “o motivo pelo qual uma pessoa estabelece contato com outra” (MATINO, 2013, p. 68).

O *ciberespaço*, assim denominado por transportar dados de um sistema para outro, desloca o sentido de lugar e tempo, pois os “cibersujeitos” (CORACINI, 2011) tornam-se onipresentes na cultura digital, desatrelado do aqui-agora. Sobre isso, tem-se que a virtualização “reinventa uma cultura nômade, não por uma volta ao paleolítico, nem as antigas civilizações de pastores, mas fazendo surgir um meio de interações sociais onde as relações se configuram como um mínimo de inércia” (LÉVY, 1996, p. 21).

Ao constituir-se no contexto de *ciberespaço*, o sujeito forma uma imagem que se opõe a uma visão determinista de identidade e passa a ser vista como uma celebração móvel (trans)formada continuamente por meio dos sistemas culturais circundantes, por isso, a identidade “plenamente unificada, segura e coerente é uma fantasia, uma ficção necessária” (HALL, 2006, p. 13).

Nas comunidades virtuais encontradas no *ciberespaço*, é comum que a construção da identidade seja formada levando-se em consideração as representações que transitam na construção de si mesmo. A esse respeito, tem-se que a identidade “nunca é um *a priori*, nem um produto acabado; ela é apenas e sempre o processo problemático de acesso a uma imagem de totalidade” (BHABHA, 1998, p. 85).

Diante disso, é correto dizer que a fluidez da(s) identidade(s) produzida(s) no *ciberespaço* corresponde às interações estabelecidas pelos observadores que navegam nas páginas virtuais, seja para apenas visitar ou para “bisbilhotar” e, nessas passagens, emitem seus juízos e percepções as quais acabam sendo modalizadoras das autoconstruções e dos recursos performáticos das *personas* eletrônicas construídas nos espaços cibernéticos.

Sendo assim, os cibersujeitos assumem “identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente” (HALL, 2006, p. 13) as quais podem modificar-se, com apenas um “clique” à medida que essa identidade não mais dá conta da interatividade construída na virtualidade, isto porque “na representação, o representado nunca é uma realidade bruta, mas uma realidade moldada pela prática da própria representação” (CARDOSO, 2003, p. 121).

Nessa perspectiva, o que ocorre no mundo virtual é uma constante (re)adequação das performances dos cibersujeitos levando-se em consideração a socialidade das redes de relações estabelecidas nesse terreno fluido e emblemático do *ciberespaço* visto por Lévy (1999, p. 127) como um “tapete tecido por milhões de pessoas e devolvido sempre ao tear”.

É importante considerarmos que a exposição do eu no espaço virtual, além do caráter de mostrar-se para todo-mundo, leva-se em consideração o aspecto gerenciador de como fazê-lo em detrimento da rede social a que se está vinculado. Ao pensarmos nos *blogs*, objeto da

nossa pesquisa, podemos encontrar uma escrita de caráter mais pessoal no qual o narrador-personagem deixa-se contemplar por meio da apresentação de suas preferências, interesses e prazeres.

Corso e Ozelame (2001) consideram que a grande aceitação dos *blogs* dá-se pelo fato de serem pontos de encontro de múltiplos confidentes e assuntos que relatam o cotidiano, ou seja, “além de divertir e entreter, os blogs servem como um canal de informações que transmite o que acontece nos dois mundos: o particular do blogueiro e o social” (2011 p. 67-68).

Os bloqueiros²³ encontram no *ciberespaço* um vasto papel em branco a se preencher com informações que retratam suas emoções, sensações, angústias, questões pessoais que ganham um novo cunho na *web*, deslocando a noção de íntimo para “éximo” (SIBILIA, 2008), ou seja, o escrito íntimo ao ganhar a rede, torna-se público o que antes estava guardado apenas no privado. Sobre isso, Schittine (2004, p. 18) considera que “o autor do blog vai se familiarizar com um novo tipo de escrito (...), um escrito que supõe um público e uma relação com ele, uma relação que escapa das exigências do face a face (...)”.

Nessa perspectiva, os blogueiros utilizam-se dos *blogs* para que as pessoas os conheçam e tenha, na medida do possível, uma imagem positiva de si, isso significa que a discursividade que se versa consiste em “falar de si a um outro totalmente desconhecido” (CORACINI, 2011, p. 27) jogando-se na multidão tendo a própria vida como relato.

Dessa forma é relevante considerar que

o computador permite ao autor do escrito íntimo realizar um desejo que jamais poderia ter sido realizado através de outro meio de comunicação: o de se expor sem se identificar. A opinião do outro, tão importante para quem escreve, pode ser conhecida sem que o autor precise ter um contato direto com o leitor. (SCHITTINE, 2004, p.35)

Por meio da escrita virtual, o jogo entre o “dito” e o “não-dito” demarca as tensões e os conflitos que deslizam entre as vozes e os sentidos perpassados na escrita, pois o sujeito “se coloca em cena”, “se narra” (SIBILIA, 2008) (re)cria representações dos sentidos do eu o que mobiliza, especialmente, a ilusão de completude e a busca de uma identidade fixa, de uma verdade perene, na relação com o outro, a fim de se tornar aceitável e plausível nas redes sociais.

²³ Blogueiro é um termo brasileiro utilizado para designar a(s) pessoa(s) que publica(m) em *blogs* suas opiniões sobre assuntos que tenham afinidade e, ainda permite ao bloqueiro, “arquivar a própria memória” (SCHITTINE, 2004, p. 22).

2.6 DA INVISIBILIDADE SOCIAL À VISIBILIDADE DIGITAL: o território virtual indígena

O advento da era digital traz para o centro das observações não só a vida das celebridades, mas de pessoas comuns, “in-fames” (CORACINI, 2007), que acabam ganhando notoriedade de caráter global favorecida pelos cabos de rede que interligam uma imensurável quantidade de computadores e seus usuários. Vivemos, pois, na era da conectividade, da instantaneidade e da exteriorização, as quais correspondem aos desdobramentos das demandas socioculturais envolvidas pelo entusiasmo midiático.

O século XXI traz um convite, para muitos irrecusável, para se expor nos reluzentes espaços da *web* (SIBILIA, 2008) os quais (re)criam uma infinidade de versões do eu. Ficcionalis ou reais? Busca-se o real, pois é por meio dele que as pessoas se identificam e constroem alianças. Numa sociedade tão midiática como a nossa, o que se procura destacar da realidade, vem carregada de recursos cuja função está na representatividade da vida cotidiana, assim “qualquer coisa que se mostre (...), só tem que cumprir um requisito: ser verdadeira, autêntica, realmente vivenciada (...)” (SIBILIA, 2008, p. 234). Dessa maneira, podemos afirmar que a existência virtual está alicerçada pela experiência cotidiana.

Nesse universo *on line*, o qual marca as experiências subjetivas da contemporaneidade, os *blogs* constituem uma das ferramentas de edificação do autor-narrador-personagem fundamentada pela exposição de informações que lhe traduzem e que cause interesse dos seus leitores, podemos dizer que se trata de um *self* do pensamento de quem as publicou.

Os *blogs* podem ser caracterizados, além da perspectiva da escrita vinculada aos diários pessoais, produzidos por grupos e organizações cuja caracterização temática está vinculada às condições de produção dessas publicações digitais. Recuero (2003) caracteriza-os como sendo: *diários eletrônicos; * publicações eletrônicas e * publicações mistas.

A tipificação proposta por esta autora nos auxilia a compreender a organização dos *blogs* os quais nos propusemos analisar, levando-se em consideração o elemento fundamental a ser problematizado no decorrer dessa pesquisa – o discurso e identidade(s) de mulheres indígenas em redes sociais. Optamos pela análise dos *blogs* por considerá-lo um mecanismo de fácil atualização e pela harmonia estabelecida entre os textos, imagens e sons os quais representam a maneira como todo material é colocado em circulação e que referenciam o lugar onde se enuncia.

Levando-se em consideração a facilidade da manutenção dos *blogs* no ciberespaço, muitas comunidades indígenas lançaram mão dessa ferramenta no intuito de (re)apresentar-se à sociedade distanciando-se da estereotipação e do modo fantasioso pela qual a sociedade hegemônica os caracterizaram, fazendo circular sentidos interditados ao longo da história.

Iniciamos a nossa pesquisa por *blogs* que tratassem da figura feminina em meados de outubro de 2013 e após uma intensa procura conseguimos encontrar os *blogs* “Índio Educa,” “Rádio Brasil Indígena”, “Rede Grumin de mulheres indígenas” e “Eu sou pelas mulheres indígenas” os quais traziam ricos relatos dessas mulheres, embora não se tratando de postagens atualizadas, continuam inscritas perenemente num ambiente que transcende o tempo e o espaço que se marca *ad infinitum*.

A saber, o *blog*²⁴ “Índio Educa”²⁵ foi criado em setembro de 2011 e tem como compromisso levar até o leitor a **verdadeira história**²⁶ (grifos nossos) e cultura dos povos indígenas. Está organizado nas seguintes categorias: ser índio, história, cultura, atualidade, fotos, vídeos, biblioca, multimídias, quem somos, ajudando o professor, mitos e verdades e fale conosco, possibilitando assim um canal de diálogos e trocas.

Na página inicial desse *blog* encontramos uma série de desenhos²⁷ que representam as categorias exploradas nesse ambiente. A composição dos mesmos favorece uma leitura que distancia da visão do indígena dos quinhentos anos do Brasil e deixa emergir a representação da atualidade, no qual o indígena também se insere utilizando artefatos como celulares, computador, garfo, câmeras, dentre outros, até então, característicos da cultura do branco.



Figura 1 – Categorias de pesquisa

²⁴ As informações referentes à organização dos *blogs*, descritas nesse item, foram retiradas das páginas de cada um deles.

²⁵ Disponível em: <http://www.indioeduca.org/>

²⁶ Podemos interpretar que, em **verdadeira história**, a página do “Índio Educa” trará informações que não confirmam àquelas trazidas pelos livros e que se encontram presentes na memória discursiva da sociedade.

²⁷ Nosso intuito, com essa apresentação, não é o de fazer uma análise semiótica do layout das páginas dos *blogs*, mas o de mobilizar os deslocamentos de sentidos produzidos por essas imagens.



Figura 2 – Categorias de pesquisa

imagem cristalizada, do indígena preguiçoso; a rede na ilustração, representa o cultivo do ócio. Por meio dessa figura, podemos escutar a voz do colonizador que construiu a imagem do indígena, por muitas vezes estereotipada, “pois as primeiras representações vão-se solidificando como uma matriz, que passa a ser reproduzida(...)” (LIMBERTI, 2012, p. 17).



Figura 3 – Categoria de pesquisa

Já o “Rádio Brasil Indígena”²⁸ apresenta a seguinte estrutura organizacional: bate papo, fale conosco, Índios do Brasil, Índios da cidade, Mulheres indígenas, Pataxó Hãhãhã e No ar. A página principal desse *blog* apresenta a gravura de uma coruja, símbolo da sabedoria, inteligência, mistério e misticismo, que traz cravada no peito a frase *shine on* - “brilhar em”. A presença da cultura do outro, também está bem marcada aqui a qual nos mobiliza a compreensão de inserção e pertencimento, podemos perceber também que o suporte midiático e a tradição, dois movimentos antagônicos, caminham juntos para construir a esfera interativa da mídia.

²⁸ Disponível em: <https://webradiobrasilindigena.wordpress.com/author/webradiobrasilindigena/>



Figura 4 – Imagem representativa do *blog* Rádio Brasil Indígena

O “Grupo Grumin de mulheres indígenas”²⁹ surgiu filosoficamente em 1979, tomou corpo físico a partir de 1982 e formalizou juridicamente em 1987. A organização surgiu pelo fato de sua fundadora ter testemunhado, desde criança, a saga de sua avó, a índia do Estado da Paraíba, Maria de Lourdes de Souza e famílias indígenas em busca da sobrevivência física, moral e ética, após terem passado por um processo de violência que levou a referida família à imigração compulsória para ter sua vida garantida.

Os *posts* realizados nesse *blog* giram em torno da difusão de informações em defesa e garantia dos direitos indígenas, tendo como característica a publicação mista (RECUERO, 2003), por isso, traz imbricado ao seu contexto, não apenas textos escritos por sua criadora, mas também o compartilhamento de outros atores sociais que, na tratativa do assunto, contribuem para a efetivação dos sujeitos indígenas no ciberespaço. Conforme nos coloca Primo (2008, p. 10) nesse tipo de organização “o grupo manifesta suas avaliações críticas sobre temas de interesse que aproximam os participantes que o compõem”.

No *blog* “Eu sou pelas mulheres indígenas”³⁰ é uma rede multiétnica e pluricultural que busca melhorar a realidade das mulheres indígenas, começando pelo Nordeste e pela formação de dezesseis agentes multiplicadoras de transformação social. São dezesseis mulheres de oito comunidades do Nordeste: Pankararu, Xokó, Kariri-Xocó, Karapotó, Tupinambá, Pataxó Hãhãhãe, Pataxó do Prado e Pataxó de Barra Velha. Todas trabalhando juntas para pesquisar, estudar e promover mudanças nas suas realidades locais. Para criar imagens positivas sobre as mulheres indígenas para o Brasil e para o mundo.

Os *tags*³¹ expostos giram em torno de temas de imbricações entre identidade e cultura da comunidade indígena vinculados às suas apresentações no ciberespaço. Interessante

²⁹ Disponível em: <http://www.grumin.org.br/principal.htm>

³⁰ Disponível em: <http://www.mulheresindigenas.org/blogue/>

³¹ Tags são palavras-chaves, usadas para agrupar diversas mensagens que tratam do mesmo assunto. (Disponível em: <http://miniblog.limao.com.br/ajuda/o-que-sao-tags-e-como-usa-las>)

ressaltar que há alternância entre palavras de língua portuguesa e de língua inglesa dentre as quais temos: *food, hardware, hipster, holidays, ligh* e *place*. Ao clicar somos levados a uma página informativa: *no posts to (...)* – nenhuma publicação para (...).

A escolha desses *blogs* constitui a peça da engrenagem do fio discursivo que analisaremos e problematizaremos a seguir, no intuito de destacar a circulação de sentidos sobre as mulheres indígenas no ciberespaço, local no qual é possível divulgar a cultura e reivindicar direitos silenciados.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE AS FORMAS DO DIZER DE SI NO CIBERESPAÇO: em cena a mulher indígena

Nesse processo, a nova mestiça é quem busca “reinterpretar a história” universalizante, contrapondo-a através de uma “nova consciência” que recusa tanto o identitarismo essencialista quanto o hibridismo hegemônico (ANZALDÚA, 2005, p. 699).

Após apresentarmos as principais noções teóricas da Análise do Discurso, da transdisciplinaridade, conceitos e especificações sobre os *blogs*, neste capítulo analisamos, discutimos e problematizamos os possíveis efeitos de sentido apresentados nos oito recortes discursivos que compõem os dois eixos do processo analítico deste trabalho: a construção do eu e identidade(s) e alteridade. Esses eixos foram mobilizados a partir da regularidade própria dos processos discursivos, advindos do exame da materialidade linguística que integram as condições de produção desses discursos.

3.1 EIXO 1: A construção do eu: análise sobre a(s) identidade(s) produzida(s) pela mulher indígena³² no ciberespaço

Neste eixo, procuramos identificar o modo como as mulheres indígenas são representadas, por si mesmas, no espaço virtual, por meio da análise dos processos de discursividades que permitem a construção de ações performáticas da escrita de si. Para compô-lo, utilizamos seis recortes, base para a discussão da legitimação do dizer a partir das condições de produção, assim como, da posição das enunciadoras frente ao seu discurso e as formações discursivas que as atravessam.

Então vejamos:

(R1) Eu venho de uma de uma família de **mulheres pajés e guerreiras**. Mulheres que sofreram **abusos**, mulheres que **morreram defendendo nosso povo**. A minha avó morreu com uma **bala** no peito **defendendo nosso povo**³³.

³² Os grifos nos recortes são nossos.

³³ Trecho retirado do blog “Índio Educa”, disponível em: <<http://www.indioeduca.org/?p=1744>>

No discurso produzido por R1 podemos observar um deslocamento da posição da mulher indígena pelo qual é retirada a marca de submissão e subalternidade, colocando-a num lugar de destaque, levando-se em consideração a luta empreendida em favor do seu povo, uma vez que, **morreram defendendo-o**. Ao demover essa posição, historicamente construída e cristalizada na memória discursiva, que remete a figura indígena àquela encontrada na época do descobrimento do Brasil, em que “o índio [...] permanece a maior parte do tempo calado, ouvindo mais do que falando, tendo as suas ações e pensamentos mobilizados pelo discurso autoritário do branco [...]” (LIMBERTI, 2009, p. 36) R1 vem mobilizar um processo de subjetivação que desestabiliza os dizeres carregados de fixidez de sentidos, fundados pelo discurso do colonizador.

O mecanismo discursivo empregado pela enunciadora vai ao encontro do que a memória discursiva traz sobre o sujeito indígena, “refratados à assimilação dos valores do *outro*” (LIMBERTI, 2012, p. 157), e traça um percurso de sentido que rompe e reage com o valor de verdade que se assujeitada por mecanismos externos do discurso do senso comum.

A formação discursiva bélica, materializada pelos itens lexicais **guerreiras**, **morreram** e **bala**, consolida a posição de coragem e força dessas mulheres, na qual a enunciadora também se inclui, **eu venho**, retirando-as da posição de submissão e levando-as a ocuparem um lugar de destaque típico dos homens da tribo, ao serem mencionadas como **pajés** e **guerreiras**, dando-lhes voz e força. Recorrendo à explicação de Ferreira (2000, p. 508), tem-se que pajé é o “indivíduo que tem o suposto poder de comunicar-se com as potências e seres não humanos e realizar curas e outros rituais”, título destinado aos homens indígenas e que, no contexto discursivo de R1, faz emergir uma nova subjetividade da mulher indígena.

Nesse enunciado, percebemos o funcionamento do discurso atuando em favor do deslocamento dos estereótipos construídos a partir do sistema patriarcal nos quais as ações femininas estavam aprisionadas a papeis fixos, tendo como consequência a sua imperceptibilidade produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a dicotomia dominantes X dominados. Essa questão nos faz considerar que “grupos dominados são muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão lugares de resistência e de exercício de poder” (LOURO, 2013, p. 37), pela dispersão de imagens e de discursos que se (entre)cruzam para formar teias de sentidos.

Diante do fio discursivo propalado pela enunciadora, observa-se também a formação discursiva feminista das décadas de 70/80, ancorada na emancipação e na constituição dos direitos da mulher dentro de uma cultura predominantemente masculina, e retoma um pensamento pós-moderno que propõe a desconstrução desses sujeitos e favorece uma (re)análise de questões históricas de grupos socialmente excluídos, e que precisam demarcar a sua origem e distanciar-se de práticas normatizantes. Diante disso, nesse recorte, R1 desconstrói a visão da mulher submissa, enraizada na memória discursiva coletiva, assumindo uma posição de visibilidade dentro de sua comunidade de modo atuante e se fazendo ouvir, pois são **guerreiras** e defendem o seu povo.

Vale ressaltar que, vivendo numa sociedade líquida, as identidades não permanecem estáticas, assim, como assevera Bauman (2001, p. 99), pois,

praticar a arte da vida, fazer de sua existência uma “obra de arte”, significa em nosso mundo líquido-moderno, viver num estado de **transformação permanente** (grifos nossos), auto-redefinir-se perpetuamente tornando-se (ou pelo menos tentando se tornar) uma pessoa diferente daquela que se tem sido até então.

O processo de identificação do sujeito, assim como o do local onde ele fala estão alicerçados nas formações discursivas interpeladas em seu próprio dizer, ou seja, o sujeito e o sentido se estabelecem concomitantemente por meio dos apagamentos dessas formações imbricadas ideologicamente em seu discurso. Posto isso, a voz da mulher indígena atravessa o discurso hegemônico e se propala por meio de um caminho contrário ao que aquele grupo apregoa e, ao utilizar-se dos itens lexicais que remetem à guerra, **guerreiras, morreram e bala**, R1 ancora um posicionamento de coragem e força exercido por elas.

A recorrência do verbo defender, entendido aqui como “resistir a ataque ou agressão feita a” (FERREIRA, 2000, p. 205), no tempo gerúndio, mobiliza-nos para a compreensão de que o esforço para salvaguardar os indígenas é uma ação contínua, um processo que esteve e está em andamento, uma vez que a enunciadora utiliza-se da materialidade linguística, como **morreram** e **abusos**, para demonstrar que os indígenas são acometidos por situações violentas quando se defendem.

A defesa da identidade indígena é caracterizada por R1 ao distanciar-se do outro, caracterizando-o por meio da rubrica singularizante **nosso povo**, mobilizando uma ideia de união, cumplicidade e proteção da sociedade do branco que o vê como o diferente, o “anormal” (FOUCAULT, 2001), que foge dos padrões estipulados pela sociedade, ou seja,

“populações tribais e “selvagens”, que viviam isoladas (ou quase) da sociedade nacional” (GUERRA, 2010, p. 22).

Pode-se considerar também que a enunciativa articula uma noção de defesa ao intensificar a utilização do pronome pessoal **nosso**, para demonstrar que as diferenças entre indígenas e brancos engendram marcas de origem criadas social e culturalmente. Ao afirmar que há **mulheres que morreram defendendo nosso povo**, a enunciativa traz imbricado ao seu discurso a formação discursiva militante voltada pela defesa dos direitos dos povos indígenas, fazendo emergir uma posição de comando, (re)formulando a construção social da identidade da mulher indígena e das relações de poder (FOUCAULT, 1995) que se instauram sobre a representatividade dessa mulher no discurso propalado pela enunciativa.

No relato contido em R1, vemos, na escrita de si, que a enunciativa articula o seu discurso por meio de dois vieses: a desconstrução da figura feminina, revelando uma posição mais ativa do que de subjugação ancorada pelos ideais da expansão da cidadania feminina, por meio da construção de um espaço “onde seja possível ser mulher com todas as diferenças que isso implica, mas sem desigualdades (...)” (CORACINI, 2007, p. 95), e a (re)construção da representação indígena desvinculada da figura simbólica idealizada pela sociedade hegemônica, pois não há como conceber a estagnação de uma cultura sem que haja uma revisão de condutas e práticas em meio a tantas mudanças proporcionadas pelo mundo contemporâneo.

Diante disso, torna-se utópico “ver o indígena caracterizado, tal como é apresentado em programas de TV e em comemorações na escola: com penas, pinturas, arco e flechas” (GUERRA, 2012, p. 40). Nesse segmento, importa destacar que as identidades contemporâneas são (trans)formadas pelos meios históricos e culturais dos quais somos decorrentes.

O deslocamento da figura feminina proposto no enunciado de R1, a qual sai da subalternidade rompendo os modelos padronizados, também é verificado em R2 por meio do fio discursivo que propala a exaltação da imagem da mulher indígena, discurso atravessado pela formação discursiva militante, proposto pelos itens lexicais **luta** e **direitos**. Para a enunciativa:

(R2) Ser mulher indígena é uma grande história, sangue que corre na veia (...), **sempre luta** pelos seus **direitos** e **tem uma grande responsabilidade**

com seus filhos, seu esposo, seus cabelos embranqueceram (...). **Mulher virtuosa, mulher corajosa.**³⁴

A imagem de mulher que luta pelos seus direitos, assim como pelos direitos do seu povo, distancia-se daquela veiculada pela memória discursiva, de sentidos tradicionais, os quais moralizam e definem a posição social da mulher cobrindo-a pelo véu da fragilidade. R2 desestabiliza essa visão ao cruzar os sentidos de liderança e força contrapondo-os à visão da mulher indígena carregada de sensualidade e de mistério. Faz-se emergir uma subjetividade que atenda aos modos de pensar e agir da mulher contemporânea, que se encontra em uma posição de comando, **sempre luta**.

Ao considerar que **sempre luta** pelos **seus direitos** possibilita-nos a compreensão de uma mulher que transcende àquela “primeira mulher” proposta por Lipovetsky (2000) e emerge uma figura da atualidade social que se configura pela desconstrução de tradicionais concepções históricas. A mulher atual não se realiza apenas em gerar vida, mas também de estar e ser atuante na sociedade na qual está inserida.

Essa movência da visão da identidade feminina, construída historicamente, mobiliza novos discursos e refutam, segundo Hall (2006, p. 07), as “velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social (...), fazendo surgir novas identidades”, cambiantes e (re)significadas, as quais possam corresponder às exigências de uma sociedade fluida e em constante transformação. Vemos que a mulher indígena retratada por R2 encontra-se num terreno movediço e volúvel que intercambia entre a mulher contemporânea e o regime patriarcal.

A valorização da figura feminina engendrada pela enunciativa destaca-se por meio de valores positivos imbricados à formação discursiva matriarcal, deixando escapar, por meio de um lapso discursivo, um retorno ao modelo da “primeira mulher” proposto por Lipovetsky (2000), cuja função prioritária concentrava-se no bem-estar e manutenção da ordem familiar. Os itens lexicais em: **tem uma grande responsabilidade com seus filhos, seu esposo** materializam essa retomada e se contrapõem à mulher de coragem que permeia o discurso de R2.

A utilização do advérbio de tempo **sempre** possibilita o efeito de sentido de que a luta das mulheres indígenas por seus direitos e igualdade não parou no tempo, mas é uma constante, pois para obter o reconhecimento daqueles que a consideram diferente, que precisa

³⁴ Trecho retirado do blog “Rádio Brasil Indígena”, disponível em: <<https://webradiobrasilindigena.wordpress.com/mulheres-indigenas-forca-de-nossas-aldeias/>>

ser corrigido (FOUCAULT, 2001) posicionando-a à margem da sociedade, precisa ser constantemente (re)construída.

Para Guerra (2013, p. 38), o sentido que damos a nós mesmos e aos outros é um processo constituído por meio de “aparatos discursivos” e, no intuito de (re)forçar a visibilidade da figura indígena, a enunciativa caracteriza a mulher indígena como **virtuosa** e **corajosa**, elementos discursivos que possibilitam a imagem de uma mulher que valoriza e que se dedica à preservação da sua etnia, escrevendo um novo capítulo da história brasileira em que o indígena não seja posto como um ser caricaturizado ou marginalizado, mas como, de fato, pertencente ao povo brasileiro.

O discurso propalado em R2 constitui-se de forma cambiante, uma vez que a identidade da figura indígena, proposta pela enunciativa, mutável e polissêmica, transita tanto pelo lado da tradicionalidade, a qual considera a mulher com foco nas atividades domésticas e pelo zelo à família, como pela visão da mulher moderna associada à participação em atividades socialmente constituída, característico do século XXI.

Diante disso, “a idéia de que as identidades eram plenamente unificadas e coerentes e que agora se tornam totalmente deslocadas” (HALL, 2006, p. 24) favorece a compreensão do sujeito moderno, fragmentado de acordo com os modos de vida apresentados pela sociedade onde se encontra momentaneamente inserido. No recorte apresentado, o discurso analisado oscila na mobilização de imagens da mulher, ora como forte e guerreira, ora como submissa e progenitora, questões que demarcam as distintas posições ocupadas por mulheres e homens, assujeitamento que ocorre devido às questões ideológicas que perpassam a identificação do sujeito.

O sujeito social-mãe-esposa funde-se dando legitimidade à cultura e à sua história valorizando sua atuação (res)instaurando a ordem do discurso sobre a figura da mulher indígena na sociedade, materializados no fio discursivo de R2, pela utilização de termos adjetivos **virtuosa** e **corajosa**.

No recorte que segue, a enunciativa contempla as mulheres de sua família enaltecendo-as, por meio do adjetivo **orgulho** que confere uma imagem positiva à figura indígena. De acordo com Neves (2011, p. 173), os adjetivos são usados para “atribuir uma propriedade singular a uma categoria (que já tem um conjunto de propriedades).

(R3) Eu me **orgulho** das mulheres de minha família, mulheres que **não fraquejaram** nas dificuldades, nem mesmo **sofrendo** tortura, **mas**

acreditaram na força de sua cultura e principalmente mulheres **de muita fé**.³⁵

O posicionamento proposto por R3 distancia as mulheres da família da enunciadora das demais, favorecendo a fundamentação de valores com uma estratégia enunciativa que marca a inclusão e reconhecimento da força exercida por elas. O efeito de sentido mobilizado aqui é de que verdades cristalizadas, instaladas sobre a construção identitária indígena, devem ser desconstruídas. Para reflexão, trazemos as palavras de Coracini (2007, p. 49), quando afirma que “a identidade pode ser imposta, resultar de uma relação de poder”, o que vem gerar um efeito de dominação e de exclusão.

Pode-se observar também que, além da alteridade do sujeito indígena enunciado em R3, o sentido de cultura também é deslocado em **acreditaram na força de sua cultura**; isso porque, ao recorrermos à memória discursiva hegemônica, temos que os indígenas foram submetidos à cultura do colonizador, como se esta fosse a verdadeira, a correta, a única possível. Com efeito,

a visibilidade da mumificação cultural na ambição declarada do colonizador de civilizar ou modernizar o nativo, que resulta em instituições arcaicas inertes (que funcionam) sob a supervisão do opressor como uma caricatura de instituições anteriores (BHABHA, 1998, p. 75).

Em R3, ao destacar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, no que concerne aos percalços sofridos por elas para defender o seu povo, o marcador textual **mas** sugere a interpretação de que todo sofrimento por que os indígenas passaram foi válido, pois conseguiram vencê-lo. Nessa construção, o “coordenador **mas** marca exterioridade entre dois segmentos coordenados e, a partir daí, coloca o segundo como de algum modo diferente do primeiro” (NEVES, 2011, p. 756).

A formação discursiva religiosa também perpassa o enunciado de R3, pois, para transpor as dificuldades da solidificação da sua cultura, acreditaram numa força superior, transcendental, abstrata, a partir da **fé**, que as impulsionou e não deixaram se abater.

A enunciadora, ao articular a credibilidade da cultura que não deixou apagar-se em meio à cultura do outro, o fez por meio da fé; temos aqui um deslize discursivo em que a enunciadora deixa aparecer a interferência do outro, pois a fé, característica do cristianismo, foi introduzida ao povo indígena pelos portugueses no período colonial.

³⁵ Trecho retirado do blog “Índio Educa”, disponível em: <<http://www.indioeduca.org/?p=1744>>

Observa-se, nesse trecho, que ao mesmo tempo em que se inclui como **mulher** e **indígena**, sentido materializado pela utilização de pronomes possessivos de primeira pessoa, R3 parece se distanciar dessa posição ao considerar que a cultura pertence apenas às suas ancestrais, por meio do uso de pronome possessivo de terceira pessoa **sua**. Ao demarcar distintas posições, o sujeito enunciativo interpela-se como sujeito ideológico, gerando o efeito de sentido de que é detentor da sua vontade, ilusão necessária para que outros discursos sejam produzidos.

Importante avaliar que o sujeito do discurso busca sua completude na interação linguística com o outro; ele está assujeitado às condições de produção do discurso dadas pela língua e pela ideologia que, polifonicamente, se apresentam na prática discursiva.

Ao mobilizar os verbos no pretérito perfeito, **fraquejaram** e **acreditaram**, a enunciadora provoca a compreensão de que as ações realizadas por suas parentes há tempos atrás, contribuíram para que a cultura indígena permanecesse viva em sua família, diante disso, o motivo de **orgulho** enunciado por em R3. Em seu discurso, a voz da enunciadora, constroi uma identidade indígena distanciada de ações banalizadas e esvaziando quaisquer sentidos de hipocrisia social atravessada pelo discurso hegemônico que exclui, seleciona e controla.

No recorte a seguir, verificamos que a utilização dos itens lexicais, **desrespeitar** e a construção verbal **dizer o que podem fazer**, mobilizam, via memória discursiva patriarcal, a ideia de submissão da figura feminina em relação ao sexo masculino, diferentemente do que foi enunciado em R1 no qual a mulher indígena foi colocada num lugar de destaque, nominada como **forte** e **guerreira**.

(R4) Não deixem ninguém **desrespeitar** ou **dizer o que podem fazer**. Como mulheres **somos** o **ventre** da terra, somos **mães** da nossa **cultura** e o **equilíbrio**, de **pés descalços** na terra **dançando** e **cantando sempre**. Somos a **força de um povo**, todo seu coração e **identidade**.³⁶

A formação discursiva pertencente ao gênero masculino de vertente conservadora, sempre-já-aí nesse discurso, demarca e impõe o lugar da mulher na sociedade, limitando-a aos afazeres domésticos, numa legitimação do poder masculino. Sobre isso, Lipovetsky (2000), em seus estudos sobre a mulher na contemporaneidade, ainda, considera que “em todas as sociedades conhecidas, os cuidados com os filhos e as atividades domésticas cabem

³⁶ Trecho retirado do blog “Índio Educa”, disponível em: <<http://www.indioeduca.org/?p=1744>>

invariavelmente às mulheres” (p. 206). Diante disso, a superioridade masculina funciona como “micropoder” (FOUCAULT, 1979), um mecanismo de força que manipula e adentra comportamentos e como microdispositivo disciplinar, ou seja, a preeminência do sexo masculino constitui-se em “uma forma diluída de administração do poder e do saber que visa administrar o sujeito” (MASCIA, 2002, p. 64).

O distanciamento mobilizado pelo enunciado de R4, em relação às demais mulheres indígenas, ao aconselhá-las, objetivo desse discurso indígena, possibilita a interpretação de que o desrespeito e a submissão não são constitutivos da posição discursiva, de R4, ou seja, que não o atinge, embora seja um fato na vida das demais mulheres. Importante destacar que, nesse enunciado, se silencia a violência contra a mulher e o não cumprimento dos seus direitos enquanto cidadã, mobilizando o efeito de sentido do vilipêndio da figura feminina. Orlandi (1999, p. 14), ao refletir sobre o silêncio, diz que “quando estamos dizendo que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio”, o que flagra, denuncia e (des)mascara formas de agir daqueles que carregam hegemonia.

Atravessado pelas formações discursivas maternal e religiosa, no trecho “Como mulheres **somos o ventre** da terra”, o discurso de R4 veicula que não há mais uma separação étnica, indígena/branco, mas certa aproximação ao se levar em consideração que o dom de gerar vidas transcende às questões de raça: é dádiva divina.

No recorte a seguir, R5 vem articular seu discurso na direção da importância da mulher indígena na atualidade manifestando um envolvimento, sentimento de admiração a elas, no qual ela também se inclui - sentimento de pertença - e é acentuada pela utilização do ponto de exclamação em **Mulheres Indígenas!** Que vem estabelecer certa emoção e exaltação.

(R5) Pensei que fosse fácil ter algo a dizer sobre **nós: Mulheres Indígenas!** Mas, percebo que é um **denso** e **complexo** tema, uma vez que, falar sobre **Mulher** de um **modo geral**, é estar se voltando a **essência da vida**, olhando a **progenitora da criação**.³⁷

R 5 vem expor que a tarefa de falar sobre a indígena não é algo fácil e materializa essa dificuldade pela utilização dos adjetivos **denso** e **complexo** que mobilizam dois aspectos a serem considerados: ser mulher e ser indígena. Essa dificuldade expressa de forma intensa em R5 vem provocar o efeito de sentido de (ex)(in)clusão da identidade indígena em relação à sociedade hegemônica.

³⁷ Trecho retirado do blog “eu pelas mulheres indígenas”, disponível em: <<http://www.mulheresindigenas.org>>

Ao analisar as questões identitárias e seus problemas de interpretação, Guerra (2013, p. 55), salienta que “a memória, a posicionalidade e a localização estariam diretamente ligadas à construção da identidade individual, pois é a partir do lugar de onde se lê e de onde se profere o discurso que constituímos uma identidade”.

R5 faz em seu discurso uma retomada às questões ligadas à maternidade da mulher, articulando que o sucesso da empreitada está na reprodução, isto é, a mulher se encontra num lugar privilegiado por poder dar início à vida, conforme se pode verificar quando utiliza a locução adjetiva **progenitora da criação**. Tem-se, nesse momento, que R5 não faz discriminação da etnia da mulher - visto que a sua fala inicial é sobre a indígena - quando a coloca como um ser capaz de procriar e dar continuidade à raça humana, pois o dom de gerar vidas independe de questões étnicas, numa retomada ao discurso de R4 e da formação discursiva maternal.

A análise desses cinco recortes possibilitaram a observação de como a mulher indígena (re)constroi a sua identidade levando-se em consideração o fio discursivo que ampara a legitimação da ação performática de (re)conhecimento de si por meio da reelaboração de sua(s) identidade(s) apresentadas nos blogs e que é compartilhada com milhares de pessoas interconectadas pelos fios da internet.

3.2 EIXO 2: Mulher indígena brasileira: sentidos cristalizados desestabilizados

Neste eixo analisamos de que forma o discurso da mulher indígena é construído no intuito de favorecer inquietações sobre o discurso hegemônico, o qual aprisionou a figura desse povo por meio de paradigmas tradicionais. Para tanto analisamos três recortes nos quais as enunciatórias mobilizam

(R6) Contudo, somente há pouco tempo conseguimos sair deste lugar, de apenas, “mulher da criação” e sermos vistas pelo **nosso potencial**, pela **nossa garra, altivez, sensatez (...)** **volto ao início do texto**, porque **somos e temos a honra** de ter **força** suficiente para “parir”, ou seja, **perpetuamos a nossa raça, damos luz/ vida** a novos olhares, novos sorrisos, damos vida a novos guerreiros e guerreiras.

A posição da mulher estabelecida por R6, a princípio, parece vir alicerçada à posição maternal responsável pelos dizeres **essência da vida**, que está ligada à formação discursiva feminista. Isso porque R6 utiliza a conjunção coordenativa adversativa **contudo** que vem deslocar a mulher indígena do lugar de progenitora e submissa para a posição identitária de uma figura feminina privilegiada por sua **garra, altivez e sensatez**. O efeito de sentido

produzido por essa posição de R6 traz marcas do pensamento dos dias atuais que propõe a desconstrução desses sujeitos e favorecem a (re)análise de questões históricas de grupos socialmente excluídos. Essas posições constituem marcas de resistência ao poder hegemônico que, para Foucault, “introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando (...)” (1988, p. 107).

R6, ao enunciar **volto ao início do texto**, retoma a posição da mulher como progenitora, ora altiva e guerreira, ora genetriz, questão que vem demarcar o assujeitamento decorrente das questões que perpassam a identificação do sujeito. Vale ressaltar que a responsabilidade do papel de gerar vidas transcende o papel de guerreira para R6; isso porque o dom de **perpetuamos a nossa raça, damos luz/ vida**, constitui um dom divino.

Diante do exposto, nos eixos apresentados, o discurso analisado, recorrentemente, enaltece a figura da mulher indígena sob a perspectiva da procriação, do dom de dar à luz, o que nos possibilita entender que é necessário que outros(as) guerreiros(as) se façam presentes para que a sua cultura não seja apagada pela cultura do branco, do outro, seja perpetuada pela gerações que sobreviverão.

A porosidade da língua possibilita deslizos e atos falhos que vão permitir o fluxo do inconsciente, diante disso, R6 retoma a visão do indígena da colonização em: de **pés descalços na terra dançando e cantando sempre**.

(R7) Nós mulheres aos poucos estamos ocupando o nosso espaço na sociedade. Ainda esta muito longe de termos o nosso devido respeito, pois vivemos em um mundo machista e preconceituoso. Mas se nos unimos e formos fortes, com o trabalho de formiguinha e aos poucos venceremos esse tabu ridículo de que o lugar de mulher é na cozinha, acabaremos com a violência, ultrapassaremos o preconceito e ocuparemos o nosso devido espaço na sociedade.

Em R7, a enunciadora alicerça o seu dizer por meio do discurso hegemônico e androcêntrico, que coloca a mulher numa posição de submissão e subalternidade ao preconizar que são desrespeitadas, violentadas e que não ocupam um papel relevante na sociedade, a não ser a relegação das atividades do lar o qual, a enunciadora, não considera ser o **devido espaço** que as mulheres devem ocupar. Na esteira de Lipovetsky (2000), esse modelo feminino, definido como a “primeira mulher”, reafirma as relações de poder legitimadas pela dominação e exploração das funções femininas colocando a mulher num lugar de invisibilidade e de desvalorização.

O papel da memória discursiva na teia tecida no/pelo discurso indica as funções enunciativo-discursivas, numa relação de memória e história, de um “já-dito”, que garante a formulação do “dizer” resultando num jogo estabelecido pela língua na história e os efeitos desta sobre a língua, provocando assim, as relações de sentido.

Diante disso, ao dispor da memória discursiva a qual ancora a figura feminina apenas às atividades domésticas, a enunciadora considera que esse estigma pode ser quebrado caso haja força e união. A utilização do item lexical **mas**, operador argumentativo de valor de oposição, reforçado pela preposição **se**, funcionando aqui como conjunção subordinativa condicional, em **mas se nos unimos e formos fortes** (sic), mobiliza a ideia de que até então não houve uma prática significativa que pudesse deslocar a figura feminina da subalternidade. Nesse sentido, Beauvoir (1970, p.09) argumenta que “a mulher aparece como negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade”.

Embora acredite que as mulheres possam ocupar o seu espaço na sociedade, a enunciadora considera essa conquista como algo porvir, materializada pelos adjuntos adverbiais **aos poucos** e **ainda esta muito longe**, assim como os verbos proferidos no futuro do presente **venceremos, acabaremos, ultrapassaremos, ocuparemos**, os quais vem para (re)confirmar a sua premissa de que a soberania machista e ações preconceituosas, em relação às mulheres, impossibilitam e retardam o lugar de destaque, *per se*, que as mulheres tanto almejam distanciando-se da secundariedade e da adiaforia.

A posição desvantajosa, em que é colocada a figura feminina, é caracterizada pela enunciadora como sendo um **tabu ridículo**. Ao analisar o item lexical **tabu**, segundo Koogan e Houaiss (1999, p. 1539) tem-se, no item 1, “qualquer coisa inviolável, proibida ou interdita”, mas que acaba sendo violável ao ser retratada no blog, local em que as distâncias territoriais são estreitas, o tempo e espaço são inseparáveis, móveis e (des)materializados, conforme pontua Lévy (1996). Nesse sentido, a enunciadora quebra paradigmas, “provoca uma ruptura, desobediência às regras”, conforme posiciona Coracini (2010, p. 28) e torna público o que deveria ficar silenciado e escamoteado.

O discurso proferido em R7 apresenta fragmentos do discurso do outro o qual impõe um local definido para a mulher de ser e estar, com efeito, as inúmeras vozes que ecoam nos processos discursivos, as quais são acionadas no momento da fala e que dão sentido a ação enunciativa, de um “sempre-já-aí”, um jogo de efeitos de sentido é produzido e no caso de R7 verifica-se uma representação da figura feminina ligada a uma atitude discriminatória, estereotipada e “(in)fame”.

(R8) A gente sabe que começa na escola essa **visão preconceituosa** que muitos **ainda** possuem sobre o que é ser indígena e reproduzem em seus trabalhos. A imagem romântica do “**bom selvagem**” e do “**mal selvagem**”.

Em R8, a enunciadora rompe com o discurso hegemônico, que apresenta a figura indígena com caricaturas que pouco ou nada dizem sobre a sua forma de ser e a sua cultura por meio de uma **visão preconceituosa** do índio na visão do não índio, atravessada por processos, discursos históricos e valores tradicionais que imputam a reprodução de identidades sociais resultantes na descaracterização da figura indígena.

Imbricadas nas vozes do discurso do outro, a produção de “regimes de verdade” nos faz crer que o indígena brasileiro caracteriza-se por uma visão simplista que não leva em consideração a singularidade de cada etnia, propalando-se, assim, a homogeneização da cultura dominante e o silenciamento da minoria, pois o diferente causa estranheza à sociedade que não encontra nele um modelo social, por isso o consideram inferiores e invisíveis (GUERRA, 2012b).

A formação discursiva histórica sobre o processo de colonização dos indígenas pelos portugueses é retomada pela enunciadora ao retratar os indígenas como “**bom selvagem**” e “**mal selvagem**”, sendo que a figura do “**bom selvagem**” caracteriza-se pela passividade e obediência, ou seja, assimilando os valores do outro e, “**mal selvagem**” aquele que resiste às imposições. Para Limberti (2009, p. 31) “a visão do índio como um estereótipo nega essa condição do sujeito iminente, prestes a ser, em latência, ao mesmo tempo em que neutraliza a relação entre identidade e alteridade, contida nos processos discursivos”.

Verificamos que a enunciadora resiste aos sentidos produzidos pelo discurso do branco ao denunciar uma identidade estereotipada por meio de “falas que representam fragmentos de uma realidade” (GUERRA, 2012b, p. 43) imprimindo-lhes um modelo social a qual não representa a identidade indígena. São observáveis as formas estigmatizantes atribuídas às comunidades indígenas por meio de práticas excludentes que os colocam à margem da sociedade levando-se em consideração “a dificuldade que a sociedade tem em lidar com o diferente (...) que não se enquadra” (GUERRA, 2012b, p. 43) à ordem do discurso vigente (FOUCAULT, 1995).

Os termos adjetivos empregados em R8 mobilizam a voz do outro, uma vez que a enunciadora distancia-se desse dizer fazendo uso de aspas, constituindo a heterogeneidade enunciativa (AUTHIER-RÉVUZ, 1998) que, no caso desse recorte, vem impulsionando um posicionamento distinto da enunciadora ao que é trazido pelo discurso do outro refutando o processo ideológico que alicerça a base da construção discursiva da imagem do índio.

Nesse fragmento, o uso do adjunto adverbial de tempo **ainda** designa a perplexidade da enunciadora por verificar que a figura indígena é retomada e reforçada por visões que se

filiam à memória do sistema colonial, que reflete a ideologia de um grupo dominante que segrega e diferencia por meio da exposição das diferenças e de discursos generalizadores.

Nos excertos analisados neste eixo, vemos que as enunciadoras articulam os seus discursos desestabilizando o discurso hegemônico possibilitando, assim, um repensar sobre a figura indígena sob o viés de uma imagem voltada mais para o real do que para o modo fantástico e fantasioso proposto pelo colonizador.

POSTING COMMENTS – inserindo comentários

Ao nos propormos analisar a questão identitária e representativa da mulher indígena nos *blogs*, não seria possível, mesmo que quiséssemos, realizar considerações que finalizassem a análise, pois tanto a identidade quanto o espaço virtual impossibilita-nos de encerrar esse olhar, essa discussão levando-se em consideração a amplitude dos dois aspectos estudados. Diante disso, procuramos inserir comentários, assim como é realizado nos *blogs*, e tornar um espaço aberto para outros pontos de vista que venham contribuir com o que aqui escrevemos/publicamos.

Ao lançarmos nossos olhares sobre a identidade, sabíamos que não adentraríamos num terreno tranquilo, mas cheio de oscilações e irregularidades, isso porque a identidade não é uma forma simplificada (HALL, 2006) de compreendermos o sujeito, mas uma forma provisória, errante e fragmentada. Porém nossos desafios não se encerram por aí, uma vez que porque procuramos realizar um estudo que analisasse e problematizasse a (re)construção da identidade da mulher indígena em redes sociais, especificamente, nos *blogs*.

Alicerçados pela suposição de que a representação da identidade da mulher indígena ainda se encontra enraizada por uma visão estereotipada e superficial ancoradas por rotulagens cristalizadas pelo discurso hegemônico, notamos que em alguns dos recortes a enunciadora procura deslocar essa compreensão lançando mão de jogos discursivos que mobilizam o enaltecimento dessas mulheres, retirando-as da invisibilidade.

Ao se lançarem no ciberespaço, os sujeitos indígenas transpõem barreiras que os distanciam da sociedade na qual estão inseridos e apresentam-se despidos da figura performática criada pelo outro – o branco colonizador. A análise da escrita de si na virtualidade nos mostrou que há uma necessidade de desvinculação dos discursos cristalizados, porém, considerando-os como um sempre-já-aí, continuam a transitar nas formas do dizer.

Diante do exposto, verificamos que a representação de mulher ainda vem marcada pelo discurso outro, porém as enunciadoras buscam elementos para desvencilhar-se e construir uma imagem positiva do que é ser mulher e indígena. As estratégias de resistência marcadas nas produções discursivas analisadas representam a reivindicação e o desejo de sair da (in)visibilidade, assim como dos modelos caricaturados cristalizados na sociedade hegemônica.

Enfim, a representação da mulher indígena veiculada no discurso estudado dos blogs não surge diferente das demais devido à sua etnia, mas carrega certa união e reconhecimento

como um povo que busca a conquista dos seus direitos, intenta o seu espaço e o respeito por fazer parte da sociedade do entorno que a considera (in)fame. Aguardamos outras pesquisas que venham jogar luzes sobre essa temática tão relevante e cara no bojo das Ciências Humanas e da (re)construção das narrativas integrantes da História deste país, destes povos e destas culturas.

REFERÊNCIAS

- ALEGRE, M. S. P. Imagem e representação do índio no século XIX. In GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **Índios no Brasil**. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000, p. 59-72.
- ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ALVES, Luiz A. S. **Ser índia e mulher, vivendo na terra má**: uma reflexão sobre a questão de gênero indígena (s/d). Disponível em <file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/10ct-5628.pdf> . Acesso em 13/01/2015.
- ANDRADE, Mário. **Macunaíma o herói sem nenhum caráter**. Rio de Janeiro: AGIR EDITORA LTDA, 2007.
- ARAUJO, Inês L. A constituição do Sujeito. In: **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. p. 87-122.
- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- _____, Jaqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- AVELAR, Idelber. **Contraponto cubano do tabaco e do açúcar (1940), de Fernando Ortiz**. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/idelberavelar/2011/06/01/contraponto-cubano-do-tabaco-e-do-acucar-1940-por-fernando-ortiz/> .Acesso em 20/07/2014.
- BASTOS, Gustavo G; GALLI, Fernanda C. S; ROMÃO, Lucília M. S. **Discursos e sentidos no ciberespaço**: a biblioteca da/na favela. Diálogos Permanentes – Revista Científica de Letras. V. 9, n. 1, p. 65-90. Jan./jun. 2013. Disponível em: <http://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/viewFile/766/592>. Acesso em 18/07/2014.
- BAUMAN, Zygmund. **Globalização**: as consequências humanas. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____, Zygmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____, Zygmunt. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Vol. 1. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser:** visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e comunicação. Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº 24, jun 2004, quadrimestral. Disponível em:

< <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3271>>. Acesso em 13/12/2014.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados** 17 (49), 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf> > Acesso em 15/01/2015.

COIMBRA, Alda M. Histórias contadas em sala de aula: construção da identidade social do gênero mulher. In: LOPES, Luiz P. da M. (Org.). **Discursos de identidades:** discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, identidade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. 2012. Disponível em: < <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>>. Acesso em 20/07/2014.

COSTA, Claudia de L.; AVILA, Eliana. **Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença"**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2005, vol.13, n.3, pp. 691-703. ISSN 1805-9584. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a14v13n3.pdf>> Acesso em 10/02/2015.

CASTELL, Manuel. **O poder da identidade**. Vol 2. Trad. Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORACINI, Maria. J. **A celebração do outro:** arquivo, memória e identidade: línguas (maternas e estrangeira), pluralismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

_____, Maria. J. Os blogs escolares e a escrita de si: entre a redação escolar e os diários virtuais. In: CORACINI, Maria J.; UYENO, Elza Y.; MASCIA, Márcia A. A. (Org.). **Da letra ao pixel e do pixel à letra:** uma análise discursiva sobre o virtual: identidade, leitura e escrita, formação de professores e ensino-aprendizagem de língua. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

CORSO, Gizelle K. & OZELAME, Josiele K. C. **Diários intimamente públicos:** os blogs. Revista Contexto, n. 20, 2001/2, p. 59 – 76. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/6526/4770>>. Acesso em 21/02/2015.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1995.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio Século XXI Escolar:** o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____, Michel. **Vigia e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1995.

_____, Michel. **Os anormais: curso do Collège de France (1974-1975)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____, Michel. **Foucault. Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

_____, Michel. A escrita de si. In: _____. **Ditos e escritos V**. Trad. de Maria T. da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b, p.144- 162.

_____, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

_____, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manuel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

_____, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Neves. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____, Michel. A escrita de si. In: _____. **Ditos e escritos III**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____, Michel. **O governo de si e dos outros: Curso no Collège de France (1982-1983)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GALLI, Fernanda, C. S. **(Ciber)espaço e leitura: o mesmo e o diferente no discurso sobre as “novas” práticas contemporâneas**. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/ Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, UNICAMP, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/GalliFernandaCorreaSilveira_D.pdf Acesso em 17/07/2014.

GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani *ET all*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUERRA, Vânia. M. L. **Práticas discursivas: crenças, estratégias e estilo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

_____, Vânia. M. L. **O indígena do Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____, Vânia. M. L. Indígenas e identidades: um olhar discursivo sobre a luta pela terra. In: ROSA, A. M; MARQUES, C. N.; SOUZA, C. C. de; DURIGAN, M. (Org.). **Povos indígenas: reflexões interdisciplinares.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2012a. P. 43-68.

_____, Vânia. M. L. Um estudo discursivo de textos produzidos por alunos indígenas: identidade e exclusão. In: GUERRA, Vânia M. L.; ENEDINO, Wagner C.; NOLASCO, Edgar C. (Orgs). **Estudos de Linguagens: diversidade e ensino.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2012b.

GUERRA, Vânia M. L. **O sol se põe na fronteira: discursus, gentes e terras.** São Carlos: Pedro & João, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem.** Campinas: Pontes, 1995.

GREGOLIN, Maria do R. V. Análise do Discurso: Lugar de Enfrentamentos Teóricos. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos (Orgs). **Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas.** Uberlândia, EDUFU, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Trad. de Adelaine La guardia Resende et. al. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOMESU, Fabiana. *Blogs e as práticas de escrita sobre si na internet.* In: MARCHUSCHI, Luiz A.; XAVIER, Antonio C. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 110 – 119.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____, Pierre. **Cibercultura.** Trad. Irineu Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMBERTI, Rita. de C. **Discurso indígena: aculturação e polifonia.** Dourados: Ed. UFGD, 2009.

_____, Rita. de C. **A imagem do índio: discursos e representações.** Dourados: Ed. UFGD, 2012.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 2013.

LUCIANO, Gersem dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LYPOVETSKY, G. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANINI, D. **A Crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80**. Cadernos AEL, n. 34, 1995/1996, p. 45-60.

MARTINO, Luís M. S. **Teorias das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: vozes, 2014;

MASCIA, Márcia A. A. **Investigações discursivas na pós-modernidade**: uma análise das relações de saber-poder do discurso político educacional de língua estrangeira. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MASCIA, Márcia A. A. O professor de língua inglesa e as confissões de si no mundo cibernético. In: ECKERT-HOFF, Beatriz M; CORACINI, Maria José R. F. (Org.). **A escrit(ur)a de si e a alteridade no espaço papel-tela**: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

MAZZOLA, Renan B. Análise do discurso: um campo de reformulações. In: MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaina de Jesus (Org.). **Análise do discurso**: sujeito, lugares e olhares. São Carlos: Claraluz, 2009.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

NEVES, Maria H. de M. **Gramática de usos de português**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NOLASCO, Edgar. C; GUERRA, Vânia. M. L. (Org.). **O sol se põe na fronteira**: discursus, gentes e terras. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

NÚCLEO DE PESQUISAS EM INFORMÁTICA, LITERATURA E LINGUÍSTICA – NUPILL. LCC – Publicação Eletrônica. **A carta, de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: < <http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf> >. Acesso em 13/07/14.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____, Eni. P. Michel Pêcheux e a análise do discurso. In: **Estudos da Língua(gem)**, n1. Vitória da Conquista, jun. 2005, p. 09-13.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso** - uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

_____, Michel. Análise de Discurso: três épocas. In: GADET, F., HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

PIERRE. Lévy. **O que é virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.

PRIMO, Alex. **Blogs e seus gêneros**: avaliação estatística dos 50 blogs mais populares em língua portuguesa. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom 2008, Natal. Anais, 2008.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e de hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1995.

RAGO, Margareth. **Gênero e história**. S/d. Disponível em: <<http://www.cntgaliza.org/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>> Acesso em 25/07/2014.

RECUERO, Raquel da C. **Weblogs, Webrings e Comunidades Virtuais**. V. 1, n. 31, 2003.

_____, Raquel. **Redes Sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCHA, Karine. **Sementes da revolução**. Revista História da Biblioteca Nacional. Ano 10, v. 10, n. 113, p. 26-29, Fev. 2015.

ROSALDO, M. Z. “A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica”. In: ROSALDO, M. Z; LAMPHERE, L (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 33-60.

RUIZ, Eliana M. S. D. Escrita de si no Orkut: identidade e (pós)-modernidade. In: CORACINI, Maria J.; UYENO, Elza Y.; MASCIA, Márcia A. A. (Org.). **Da letra ao pixel e do pixel à letra**: uma análise discursiva sobre o virtual: identidade, leitura e escrita, formação de professores e ensino-aprendizagem de língua. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na Pós-modernidade. Edições Afrontamento: Porto, 1999.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SCHERER, Amanda E. A Escrit(ur)a de si: uma história do sujeito pela alteridade. In: ECKERT-HOFF, Beatriz; CORACINI, Maria J. R. F. (Org). **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela**: alfabetização, formação de professores, línguas maternas e estrangeira. Campinas: Mercado de Letras: Ed. da Unicamp, 2010.

SCHERMACK, Keila de Q; FREITAS, Ernani C de. **A formação discursiva e as condições de produção no discurso vieiriano**: uma análise do sermão de Santo Antônio. Revista Moara ISSN 0104-0944 (Impresso), n.37, jan.-jun., Estudos Literários, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/1347>>. Acesso em 30/11/2014.

SCHITTINE, Denise. **Blog**: comunicação e escrita íntima na internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

VILLARES, L. F. **Direito e povos indígenas**. Curitiba: Juruá, 2009.

ANEXO A

MEMORIAL DESCRITIVO

Volta teu rosto sempre na direção do sol e,
então as sombras ficarão para trás.

(Provérbio Oriental)

Antes de começar a escrever sobre o caminho percorrido para chegar até aqui, um filme passou pela minha cabeça... Há tantas coisas a dizer em tão poucas páginas, mas é preciso alinhar o percurso!

Ingressei no curso de Letras no ano de 2003, logo após a conclusão do curso de Pedagogia. A decisão de iniciar mais um curso de graduação e não partir para a pós se deu pela necessidade de complementar os estudos realizados nesse curso os quais seriam obtidos em Letras, assim eu acreditava e foi uma escolha extremamente assertiva!

No decorrer do curso pude realizar conexões dos aspectos conceituais e específicos abordados em Letras aos aspectos didáticos e metodológicos trabalhados em Pedagogia. A exemplo disso cito a vasta contribuição que a disciplina Prática de Leitura e Produção de Textos trouxe para o meu fazer pedagógico enquanto atuava nas séries iniciais, especificamente, na quarta série. Na ocasião, meus alunos obtiveram, na avaliação do SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – o melhor índice de aproveitamento em Língua Portuguesa do município de Lins. Motivo de orgulho, pois se tratava de uma escola de periferia, estereotipada e os alunos com grandes dificuldades de aprendizagem.

Quero destacar que as demais disciplinas também me foram muito úteis e eu ficaria aqui por horas a fio destacando as contribuições de cada uma delas, mas como mencionei acima, é preciso alinhar o percurso.

Um ano antes de concluir o curso, precisei trancá-lo para assumir um concurso fora do município. Não tinha condições de desempenhar as duas atividades devido à distância de Três Lagoas a Lins. Percebendo a minha aflição, a professora Marlene Durigan, na sua inigualável simplicidade, orientou-me a realizar o trancamento e no ano vindouro, 2007, solicitar junto à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, um afastamento das minhas atividades e concluir o curso de Letras. E assim o fiz!

Ao longo curso os professores apresentaram teorias as quais ampliaram meus conhecimentos e que foram de fundamental importância para estudos posteriores à graduação. Professores que se dedicaram, apoiaram-me e com excelência realizaram o seu trabalho a fim de preparar-me para o árduo ofício da docência e da pesquisa. Marlene, Belon, Sales, Vania, Sheila, Edgar, Celina, Márcia (...) vocês foram peças chaves na constituição da profissional que hoje sou.

No curso da disciplina Semiótica e Análise do Discurso (AD), ministrada pela professora Vânia, em 2007, comecei a me interessar pela AD levando-se em consideração a forma como a professora conduzia as aulas e apresentava seus trabalhos oportunizando-me a degustar das suas produções. Não posso negar a complexidade da teoria, mas as tardes de quarta-feira eram muito agradáveis.

Em 2008, retornei a Lins e, na medida do possível, procurei colocar em prática o que eu aprendi no intuito de dirimir as dúvidas dos alunos quanto a sua/nossa língua materna. E comecei a perceber situações metodológicas que ao invés de propor situações significativas de aplicabilidade da LP favoreciam a repudia dos alunos para com essa disciplina. Situações que me incomodaram profundamente.

Em 2012 comecei a efetuar leituras a fim de realizar a prova do Mestrado. Trazia em meu projeto a possibilidade de realizar um estudo voltado para a área da educação, o qual propunha uma análise do discurso docente e os seus impactos no processo de aprendizagem. Pensei nisso, pois era muito recorrente escutar de alguns colegas de trabalho que aquelas crianças não aprendiam porque eram pobres.

Fui aprovada, tendo como orientadora a professora Vânia, porém precisei reformular o meu projeto de pesquisa com foco no discurso da mulher indígena, um sujeito também visto de modo inferiorizado pela sociedade. A princípio fiquei meio assustada com a mudança, mas impossível não se apaixonar. E pensando na fala da querida professora Elzira Uyeno, na sua última estada na UFMS, “temos o privilégio de pesquisar sobre o brasileiro” e apresento aqui o desenvolvimento de uma instigante pesquisa.

Iniciamos o ano letivo de 2013 com as professoras Neuza Bastos e Diana Luz, ambas da Mackenzie, as quais apresentaram as suas perspectivas de estudo pelas quais pude verificar algumas das diferenças com a AD.

Em Teorias da Linguagem, ministrada pelo professor Edson, tive contato com textos que ampliaram meu conhecimento e visão sobre os conceitos da Linguística, assim como dos teóricos e métodos das principais teorias da linguagem.

Com a professora Celina, na disciplina Linguística Aplicada I, leituras e discussões dos textos de Jacqueline Authier-Revuz favoreceram para a compreensão da heterogeneidade, conceito que ajuda na análise do *corpus* de pesquisa que desenvolvi. Nas aulas, levávamos alguns excertos e análises para compartilhar com os demais colegas os quais contribuíam, significativamente, com considerações e sugestões.

Em Políticas Linguísticas, disciplina ministrada pela professora Vânia e Claudete, discutimos a respeito das normas que estruturam e estabelecem a produção e a constituição da língua.

Na disciplina Linguística Aplicada II, a professora Vânia disponibilizou leituras que favoreceram a compreensão de sujeito, identidade e discursos; conceitos que foram mobilizados no meu objeto de pesquisa. Dentre os autores trabalhados nessa disciplina destaco: Coracini, Foucault, Mascia, Bauman, Orlandi. Quinzenalmente reuníamos para realizar grupos de estudos, que além de leituras e discussões, apresentávamos análises e contávamos com as sugestões dos colegas.

Foi um ano de bastante empenho, estudos, produções e apresentação das nossas análises tanto em eventos no município, como o IV Simpósio da Rede Centro-Oeste de Ensino e Pesquisa em Arte, Cultura e Tecnologias Contemporâneas (Rede CO3) promovido pelo Programa de Pós Graduação em Letras da UFMS e, fora do município, no V Seminário de Pesquisa “Identidade e Discurso”, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Linguística Aplicada da Unicamp.

Como nem sempre nossos caminhos são cobertos por flores, alguns percalços nos obrigam a tomar atitudes e posicionamentos alheios a nossa vontade. Passei por situações que me desestabilizaram e pensei em desistir, o que partia o coração, pois ao olhar todo o caminho que precisei percorrer para chegar até aqui, sei que não foi fácil, mas também não queria que minha orientadora tivesse uma má impressão da mim ou que se decepcionasse, pois ela tinha conhecimento e compartilhava da felicidade de estar novamente aqui (UFMS e em casa). Recebi da professora Vânia uma injeção de ânimo e positividade a qual serei eternamente grata...

Em 2014, foquei na escrita e (re)organização do meu trabalho de pesquisa, sem que com isso deixasse de participar de encontros de estudos e eventos, os quais me foram de grande valia.

Em 2015, ano de transposição de MUITAS barreiras... perdas... E continuar a escrita!

Na conclusão desta etapa, mais do que nunca tenho a certeza de que realmente fiz a escolha certa! Eis que temos um estudo sobre a representação da mulher indígena em redes sociais o qual problematizou os efeitos de sentidos que atravessam esses dizeres.

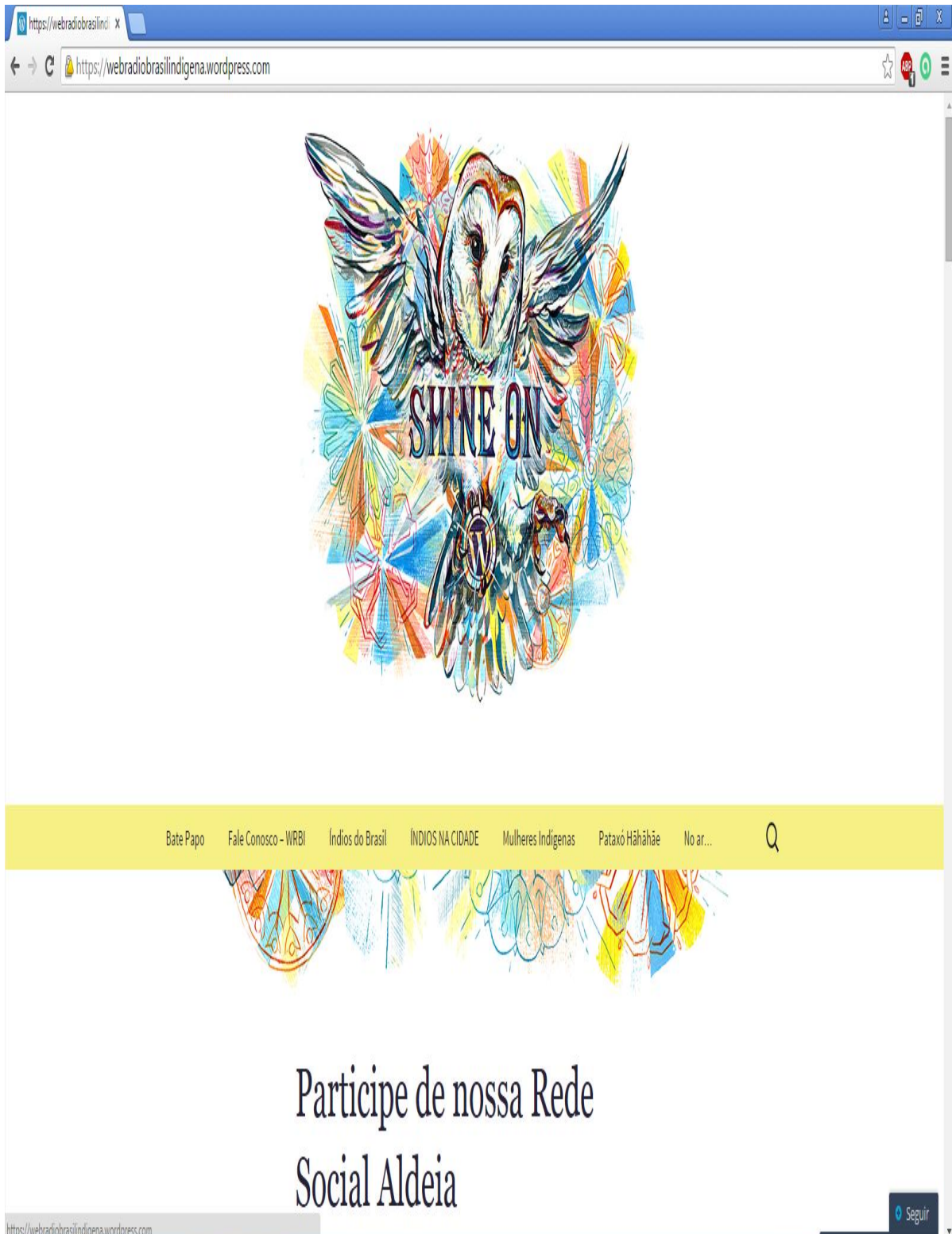
ANEXO B

PÁGINA DOS BLOGS

Página inicial do Blog “Índio Educa”, disponível em: <http://www.indioeduca.org/>



Página inicial do Blog “Rádio Brasil Indígena”, disponível em:
<http://webradiobrasilindigena.wordpress.com/>



Página inicial do Blog “Eu sou pelas mulheres indígenas”, disponível em:
<http://www.mulheresindigenas.org/>



Página inicial do Blog “Rede Grumin de mulheres indígenas”, disponível em:
<http://www.grumin.org.br/>

